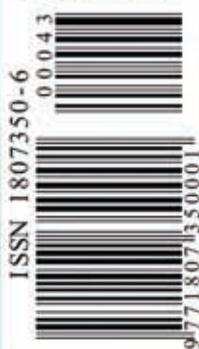


Revista AduSP

Associação dos Docentes da USP
Seção Sindical da Anpes-SIN - Julho de 2008 - Nº43

COTAS NO BRASIL

Um panorama da aplicação de políticas afirmativas nas universidades públicas



Doutores, os sem-emprego

POLÍTICAS AFIRMATIVAS

6

Cotas avançam nas universidades públicas de norte a sul do país

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi, Daniel Hammes e Amanda Rossi

16

USP, Unicamp, UFPE e UFRPE adotam ações afirmativas com bônus

Amanda Rossi e Antonio Biondi

21

Ações recentes movimentam STF e Congresso Nacional

Antonio Biondi

24

Por enquanto, “antes de mais nada”, nada!

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi e Daniel Hammes

POLÊMICA: INCLUSP

28

Impacto do Inclusp no ingresso de alunos da escola pública (análises iniciais)

Selma Garrido Pimenta, Maria Amélia Campos Oliveira,
Maria Isabel de Almeida e Maurício dos Santos Matos

34

Vamos dar mais cor e diversidade à USP?

José Marcelino de Rezende Pinto e Rubens Barbosa de Camargo

40

Medida inócua, ante a imensa desigualdade no sistema escolar

Eunice Durham

PÓS-GRADUAÇÃO

44

Doutores, mas para que?

José Chrispiniano

51

No Sul, mais vagas nas federais (e cortes no setor privado)

Daniel Cassol

54

Pós-graduação: estamos no caminho certo?

Fabio Bessa Lima e José Cipolla Neto

56

Produção de doutores na área de humanidades: excesso ou má distribuição?

Ana Paula Hey e Afrânio Mendes Catani

DIRETORIA

Otaviano Helene, César Augusto Minto, Marco Brinati, Carla Roberta de Oliveira Carvalho,
Marcos Nascimento Magalhães, Marcelo Luiz Martins Pompêo, Suzana Salem Vasconcelos,
Demóstenes Ferreira da Silva Filho, Sérgio Souto, José Marcelino de Rezende Pinto, Ozírde Manzoli Neto

Comissão Editorial

Benedito Honório Machado, Décio Crisol Donha, Dilma de Melo Silva,
Flávio César Almeida Tavares, João Zanetic, José Carlos Bruni,
Luiz Menna-Barreto, Marco Brinati, Maurilane de Souza Biccas, Osvaldo Coggiola

Editor: Pedro Estevam da Rocha Pomar

Assistente de redação: Tatiane Maíra Klein

Editor de Arte: Luís Ricardo Câmara

Assistente de produção: Rogério Yamamoto

Capa e ilustrações desta edição: Ohi

Secretaria: Alexandra M. Carillo e Aparecida de Fátima dos R. Paiva

Distribuição: Marcelo Chaves e Walter dos Anjos

Refeitório: Ivanilda Comotti Ramos

Tiragem: 5.500 exemplares

Gráfica: Copypress

Adusp - S. Sind.

Av. Prof. Luciano Gualberto, trav. J, 374

CEP 05508-900 - Cidade Universitária - São Paulo - SP

Internet: <http://www.adusp.org.br> • E-mail: imprensa@adusp.org.br

Telefones: (011) 3813-5573/3091-4465/3091-4466 • Fax: (011) 3814-1715

A Revista **Adusp** é uma publicação quadrimestral da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, destinada aos associados. Os artigos assinados não refletem, necessariamente, o pensamento da Diretoria da entidade.

Contribuições inéditas poderão ser aceitas, após avaliação pela Comissão Editorial.

AVANÇO DAS COTAS E DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

Por mais que se tenha ressalvas com relação às cotas, em especial as étnicas ou raciais, é impossível ao observador isento deixar de ver que elas estão operando notável transformação no corpo discente das universidades públicas que as adotaram. Graças a elas, agora já se pode encontrar, por exemplo, estudantes negros em cursos de Medicina, nos quais o ingresso de não-brancos era simplesmente inimaginável até poucos anos antes. A quantidade de alunos indígenas da Universidade Estadual da Bahia (Uneb) também impressiona: no vestibular de 2008 foram aprovados nada menos do que 163 candidatos oriundos dos povos originários. Sem falar nos 1.818 candidatos negros que ingressaram na instituição neste ano, igualmente beneficiados pelas cotas.

As cotas avançam no sistema público de ensino superior, embora não sejam majoritárias. Estão presentes em 39 universidades públicas, inclusive 20 das 53 federais. Outras oito públicas adotam políticas afirmativas por meio de bonificação, entre elas Unicamp e USP. Das federais, 29 deixam de adotar qualquer tipo de política de inclusão, situação em que também se encontra a Unesp.

Nossos repórteres mapearam os sistemas de cotas e demais políticas afirmativas existentes em parcela expressiva das instituições públicas de ensino superior do país, apontaram as diferenças de recorte e de critérios, levantaram dados. Verificaram que importantes universidades escamoteiam o debate. Evitam democratizar o acesso, refugiando-se no surrado discurso da defesa do “mérito”.

A propósito, uma das constatações da reportagem merece destaque: o ingresso de cotistas e demais beneficiários de políticas afirmativas, longe de fazer baixar a qualidade dos cursos que os acolhem (como se alegou às vezes), tem contribuído para elevá-la, segundo os indicadores usuais das universidades. O desempenho acadêmico destes universitários — sejam os autodeclarados negros ou indígenas, sejam os demais egressos da rede pública de ensino médio — tem sido tão bom quanto o de seus colegas admitidos pelo sistema universal. Diante dessa evidência, como sustentar a tese da supremacia do “mérito”?

Ainda nesta edição, como complemento que enriquece a reportagem sobre as cotas, trazemos um debate sobre o Includ, publicando artigos em que procuramos contemplar, além do entendimento da Reitoria, outras visões existentes no corpo docente da USP.

Os sem-emprego

A política nacional de pós-graduação implantada pelo governo FHC e mantida, nos seus aspectos essenciais, pelo governo Lula, continua sendo apresentada como um êxito. O Brasil forma cerca de 10 mil doutores por ano, e o rigor com que a Capes avalia programas e pesquisadores, bem como o brutal encurtamento dos prazos, são dados como indispensáveis a esta estratégia supostamente vitoriosa.

Resolvemos mostrar o que ocorre ao final desta “linha de produção de doutores”: o beco sem saída em que logo se vêem os recém doutores, que ou disputam e conquistam as poucas vagas disponíveis nas universidades públicas, ou são obrigados a submeter-se a péssimas condições de trabalho nas instituições privadas (que a Capes e o MEC insistem em não enxergar). Para tanto, saímos a campo em São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, importantes pólos universitários.

Também discutem a questão dois artigos. Um terceiro, representando o ponto de vista da Capes, deixa de ser publicado: dois meses depois de aceitar convite para redigi-lo, o professor Jorge Guimarães, presidente da agência, avisou que não mais o faria.

Conselho Editorial: correção importante

Por erro do Editor, ao tratar das mudanças na composição da Comissão Editorial da *Revista Adusp*, a edição 42 omitiu os nomes de dois dos seus novos integrantes: os professores Benedito Honório Machado (FMRP) e Décio Crisol Donha (EP). Fica assim corrigido o esquecimento.

O Editor

COTAS AVANÇAM NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DE NORTE A SUL DO PAÍS

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi e Daniel Hammes

Jornalistas

Amanda Rossi

Estudante de Jornalismo (ECA-USP)

São 39 as instituições públicas de ensino superior, entre elas 20 universidades federais, que adotam o sistema de cotas nos seus processos de admissão de alunos. As cotas estão presentes em diferentes formatos e recortes nas principais universidades das regiões sul (UFRGS, UFSM, UFSC, UFPR, UEL), centro-oeste (UnB, UFTO), nordeste (UFBA, Uneb, UFES e outras) e norte (UFPA). No sudeste, são encontradas na Uerj, UFJF, Unifesp e UFSCar



Aspecto do campus da UERJ, primeira universidade do país a adotar as cotas

Sistemas de cotas, que reservam vagas em vestibulares (ou demais processos de admissão de alunos) para estudantes egressos da rede pública de ensino médio e ou para grupos étnicos da população, já são realidade em 20 universidades federais, ou seja, em mais de um terço das 53 instituições do gênero existentes no país. As universidades estaduais que aderiram à política de cotas são 19. Em formatos variados, tais sistemas estão presentes nas maiores universidades das regiões Sul, Centro-Oeste, Nordeste e Nor-

te. No Sudeste, verifica-se que as principais universidades públicas resistem às cotas. Mesmo assim, importantes instituições as adotaram (vide **Quadro 1**).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) orgulha-se de adotar em seu vestibular, desde 2003, cotas para afro-descendentes e para alunos oriundos de escolas públicas. A Uerj, que tem 19 mil alunos de graduação, reserva 20% de vagas para afro-descendentes, 20% para alunos oriundos das escolas públicas e 5% para outros grupos: portadores de necessidades especiais, populações indíge-

nas e filhos de policiais e de bombeiros mortos em serviço. As cotas atendem o disposto na lei estadual 4.151, de 2003, pioneira no país.

O sistema adotado na Uerj possui dois outros recortes, que incidem sobre os demais: o sócio-econômico e o de desempenho. A professora Lená Medeiros de Menezes, sub-reitora de Graduação, explica que os candidatos às vagas reservadas para cada grupo devem se enquadrar na categoria de “estudantes carentes”, situação hoje entendida como a dos matriculados com renda de até R\$ 650. Além disso, é necessário que os candidatos obtenham nota mínima

de 2 pontos nas duas fases do vestibular. Quando sobram vagas de cotas, são revertidas para não-cotistas (Quadro 2). “É importante acrescentar que os alunos recebem bolsas de permanência ao longo dos dois primeiros anos e depois são inseridos em projetos acadêmicos”, nos quais também podem obter bolsas, acrescenta Lená.

Segunda instituição de ensino superior do país a implantar o sistema de cotas, a Universidade Estadual da Bahia (Uneb) reserva 45% das vagas, tanto na graduação quanto na pós-graduação. A Uneb, que já graduou sua primeira turma de cotistas, quer regulamentar melhor as cotas na pós-graduação, ainda à mercê de interpretações diversas. “Cada departamento acaba tendo uma interpretação diferenciada sobre como reservar os 45%. Alguns coordenadores aplicam a reserva apenas na primeira etapa, mas o importante é que esses 45% estejam configurados na lista final de aprovados”, explica Wilson Mattos, pró-reitor de Pós-Graduação.

O vestibular é único, porém os candidatos são separados por grupos que não concorrem entre si: 55% não-cotistas, 40% pretos e pardos e 5% indiodescendentes. A nota de corte (média aritmética das notas) é calculada no interior de cada grupo. Além da autodeclaração, os cotistas devem ser egressos do ensino público e possuir renda familiar mensal inferior a 10 salários mínimos. No vestibular de 2008, 2.214 vagas foram reservadas aos candidatos negros ou indígenas. Até 2011, quando será feita a avaliação do sistema, a meta é garantir

Quadro 1

IES públicas (federais e estaduais) que adotam sistemas de reserva de vagas

		Recorte racial	Recorte social
1	Universidade Federal de Santa Catarina	SIM	SIM
2	Universidade Federal de Santa Maria	SIM	SIM
3	Universidade Federal do Paraná	SIM	SIM
4	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	SIM	SIM
5	Universidade Federal do Pampa	SIM	SIM
6	Universidade Federal de Juiz de Fora	NÃO	SIM
7	Universidade Federal de São Carlos	SIM	SIM
8	Universidade Federal de São Paulo	SIM	SIM
9	Universidade Federal do ABC	SIM	SIM
10	Universidade Federal do Espírito Santo	NÃO	SIM
11	Universidade Federal da Bahia	SIM	SIM
12	Universidade Federal de Alagoas	SIM	NÃO
13	Universidade Federal do Maranhão	SIM	SIM
14	Universidade Federal do Piauí	NÃO	SIM
15	Universidade Federal do Recôncavo Baiano	SIM	SIM
16	Universidade de Brasília	SIM	SIM
17	Universidade Federal do Tocantins	SIM	NÃO
18	Universidade Federal Rural da Amazônia (AM)	NÃO	SIM
19	Universidade Federal do Pará	SIM	SIM
20	Universidade Federal da Paraíba	SIM	SIM
21	Universidade Vale do Acaraú – UVA (CE)	NÃO	SIM
22	Universidade Estadual do RS - UERGS	NÃO	SIM
23	Universidade do Estado da Bahia - UNEB	SIM	SIM
24	Universidade Estadual de Londrina - UEL	SIM	SIM
25	Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul	SIM	NÃO
26	Universidade Estadual de Minas Gerais – UEMG	SIM	SIM
27	Universidade de Montes Claros – Unimontes (MG)	SIM	SIM
28	Universidade Estadual do Amazonas - UEA	SIM	SIM
29	Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ	SIM	SIM
30	Universidade Estadual do Norte Fluminense- UENF	SIM	SIM
31	Universidade de Pernambuco - UPE	NÃO	SIM
32	Universidade Estadual de Goiás - UEG	SIM	SIM
33	Universidade Estadual do Mato Grosso - Unemat	SIM	SIM
34	Universidade Estadual de Ponta Grossa - PR	SIM	SIM
35	Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS	SIM	SIM
36	Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC	SIM	SIM
37	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte - UERN	NÃO	SIM
38	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB	NÃO	SIM
39	Universidade Estadual do Maranhão - UEMA	NÃO	SIM

que a representação numérica de estudantes negros na Uneb corresponda à sua proporção na população baiana, em torno de 70%.

Contrariando a expectativa dos pessimistas de que as cotas iriam

depor contra a qualidade do ensino das universidades, “os sistemas têm sido positivamente avaliados”, diz Mattos. Segundo a pró-reitora de Graduação da Uneb, Mônica de Oliveira Torres, apesar dos ajus-

IES que adotam sistema de pontuação diferenciada (bônus)

	Recorte racial	Recorte social
Universidade Estadual de Campinas - Unicamp	SIM	SIM
Universidade de São Paulo - USP	NÃO	SIM
Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto - Famerp	SIM	SIM
Faculdade de Tecnologia de São Paulo - Fatec	SIM	SIM
Universidade Federal Fluminense	NÃO	SIM
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	NÃO	SIM
Universidade Federal de Pernambuco*	NÃO	SIM
Universidade Federal Rural de Pernambuco	NÃO	SIM

Centros Federais de Educação Tecnológica**

	Recorte racial	Recorte social
CEFET – BA	SIM	SIM
CEFET – PE	NÃO	SIM
CEFET – RN	NÃO	SIM
CEFET – SE	NÃO	SIM

Quadro baseado em levantamento interno realizado pela Secretaria de Ensino Superior (SESU-MEC).

*A menção à UFPE não consta do levantamento original.

**Que possuem curso superior

Na UnB, 20% das vagas de cada curso são destinadas exclusivamente aos que se autodeclaram pretos ou pardos, independentemente do perfil socioeconômico.

Um desafio é garantir a permanência dos alunos cotistas, na sua maioria de baixa renda

tes a serem feitos, “já rebatemos o primeiro preconceito de que os cotistas não estariam aptos a fazer o acompanhamento dos cursos”.

Entre as federais, a primeira instituição a adotar cotas raciais foi a Universidade de Brasília (UnB), em 2004. Quatro anos após ter implantado o Sistema de Cotas para Negros, a UnB começa a confirmar a

eficácia do programa. No Vestibular 2008, quatro das 18 vagas de Medicina foram ocupadas por estudantes que se declararam pretos ou pardos e optaram pelo sistema de cotas. Resultado expressivo, “que demonstra que se conseguiu marcar maior presença negra nesse curso, de forma regular”, afirma Jaques de Jesus, coordenador da Asses-

Quadro 2 – UERJ: números do Vestibular 2008

Inscritos	Sistema universal	25.565
	Sistema de Cotas	2.022
	Total	27.587
Vagas	Sistema universal	2.823
	Sistema de Cotas	2.318
	Total	5.141*
Aprovados	Sistema Universal	3.840
	Sistema de Cotas	1.259**
	Total	5.099

Fonte: Universidade do Estado do Rio Janeiro (UERJ)

*Em 46 cursos

**Quando sobram vagas de cotas, são revertidas para não-cotistas

soria de Diversidade e Apoio aos Cotistas, órgão ligado ao gabinete da Reitoria, criado há dois anos.

Em 2004, antes de o sistema entrar em vigor, o índice de estudantes pardos no curso de Medicina era de 1,79% e o de pretos 0%. Já em 2005, com a implantação das cotas, a presença de pardos subiu para 2,69% e a de pretos deixou de ser nula para alcançar 2,63%. Mais do que alterações nos percentuais, houve também uma mudança na cor do campus. “Antes você entrava numa sala de aula e só via alunos brancos. Quando via estudantes negros, quase sempre eram africanos em intercâmbio. Hoje você vê três, quatro estudantes negros e todos são brasileiros”, entusiasma-se José Jorge de Carvalho, professor do departamento de antropologia da UnB.

No entender de Carvalho, além de democratizar o acesso as políticas de cotas contribuem para mudar a cultura da universidade, sobretudo nos cursos de humanidades, onde os estudantes começaram a

questionar “o eurocentrismo como paradigma fundante das universidades brasileiras”. Hoje, segundo ele, os estudantes cobram pela utilização de autores negros e a história da África e dos afro-brasileiros está sendo mais pesquisada.

Além das cotas, a universidade criou o Centro de Convivência Negra, com ações de apoio aos cotistas, e o Programa de Combate ao Racismo e à Xenofobia na UnB, criado pelo Decanato de Extensão. O programa é uma resposta da universidade ao incidente ocorrido em março de 2007, quando foram incendiados quartos de estudantes africanos na Casa do Estudante Universitário (CEU).

Na UnB, 20% das vagas de cada curso são destinadas exclusivamente aos que se autodeclararam pretos ou pardos, independentemente do perfil socioeconômico. Hoje um dos principais desafios é garantir a permanência dos estudantes cotistas, na sua maioria pertencentes a famílias de baixa renda. Outro desafio, segundo Carvalho, “é criar um sistema de inclusão de professores negros e abrir a pós-graduação para os estudantes cotistas”.

A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) adota as políticas afirmativas em seu vestibular desde 2005. De acordo com Luiz Mello, pró-reitor de Graduação, as cotas são destinadas aos candidatos auto-declarados negros (pretos e pardos) e auto-declarados indígenas, sendo necessário que o vestibulando tenha cursado o ensino médio em escola pública. O pró-reitor da Unifesp explica que “as cotas de cada curso não foram criadas como resultado

Tanto na UFPR como na UFBA o desempenho acadêmico dos cotistas mostrou-se semelhante, quando não superior, ao dos demais alunos. Em 11 dos 18 cursos de maior concorrência na Bahia os cotistas obtiveram rendimento igual ou maior

da divisão entre as vagas da seleção universal e as da seleção com as cotas: foram criadas novas vagas”, a fim de se evitar contestações na justiça por supostos privilégios concedidos a uma parcela dos candidatos. “Ao ampliar em 10% as vagas, todas as vagas do sistema universal puderam ser mantidas”, argumenta.

De acordo com Mello, a cada vestibular a Unifesp tem aprimorado os critérios. “É uma iniciativa em permanente processo de ajuste”, avalia. Inclusive pelo fato de que a Unifesp se encontra em processo de expansão, tendo passado de cinco cursos para 23 e de 300 vagas para 1.200, em cinco cidades. “São novos cursos, novos alunos, muitas vezes em regiões carentes. Mudou tudo: o tipo de aluno, as necessidades, o tipo de curso a se oferecer”, afirma ele, para quem não existe diferença acadêmica relevante entre os grupos que prestam o vestibular.

No vestibular de 2008, além da exigência de que o aluno não zerasse em nenhuma disciplina da prova (adotada em 2006), foi necessário também que o candidato atingisse a média global mínima de 3 pontos. Como nem todas as vagas reservadas são preenchidas pelos candidatos que optam pela sele-

ção com cotas, desde 2007 as vagas remanescentes passaram a ser destinadas a alunos oriundos da escola pública que atendam aos requisitos de nota. Nos dois tipos de seleção, foi aberta a segunda opção de carreira no vestibular, “para que as vagas que não foram preenchidas, pela falta de candidatos com os critérios necessários”, o sejam “por candidatos que não obtiveram as notas necessárias em sua primeira opção”, segundo Mello.

Outra instituição que implantou o sistema de cotas no vestibular de 2005 foi a Universidade Federal do Paraná (UFPR), que reservou 20% das vagas para candidatos afrodescendentes e 20% para oriundos de escolas públicas. O Núcleo de Acompanhamento da Pró-Reitoria de Graduação avalia que o desempenho acadêmico dos estudantes cotistas, no geral, tem sido semelhante, e em alguns casos superior, ao da concorrência geral. Até 2007, ingressaram como cotistas na universidade 3.158 estudantes. A UFPR desenvolve também o Processo de Ocupação de Vagas Remanescentes (Provar), que consiste no remanejamento de estudantes da universidade, ou de fora, para preenchimento de vagas disponíveis.



Quadro 3 – Ponto de corte no vestibular da UFBA, 2003-2005

Ano	1ª fase	2ª fase
2005	5.117,4	5.089,5
2004	5.099,8	5.056,4
2003	5.018,7	5.009,3

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde as cotas foram implantadas em 2005, não houve declínio de desempenho, pelo contrário: o ponto de corte do vestibular de 2005 superou o dos vestibulares anteriores (**Quadro 3**). Nos dois primeiros semestres cursados em 2005, em 11 dos 18 cursos de maior concorrência (ou seja, 61%), os cotistas obtiveram um coeficiente de rendimento

Quadro 4 – UFBA: rendimento de alunos cotistas e não-cotistas (2005)*

CURSO	COTISTAS	NÃO-COTISTAS
Administração	83,3	95,4
Arquitetura	85,6	81,3
Ciências da Computação	66,6	53,7
Comunicação – Jornalismo	100,0	87,5
Comunicação - Prod. Cultural	100,0	88,9
Direito	95,2	88,9
Enfermagem	87,5	64,2
Engenharia Elétrica	55,5	75,0
Engenharia Mecânica	75,0	100,0
Engenharia Civil	94,1	80,0
Farmácia	92,3	82,3
Fonaudiologia	100,0	88,9
Medicina	93,3	84,6
Medicina Veterinária	77,0	81,0
Nutrição	87,5	92,3
Oceanografia	27,2	40,0
Odontologia	100,0	100,0
Psicologia	77,8	100,0

*Com coeficiente de rendimento entre 5,1 e 10 — matriculados nos cursos de maior concorrência nos dois semestres de 2005

igual ou superior ao dos não-cotistas (**Quadro 4**). Nenhuma surpresa, esclarece o professor Jocélio Teles dos Santos, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais da UFBA: “Esse resultado era esperado, já que tínhamos acumulado dados desde o ano 1998 sobre o bom desempenho de estudantes negros oriundos da escola pública”.

Na UFBA são reservadas 45% das vagas totais, sendo 36,55% para candidatos de escola pública que se declararem pretos ou pardos; 6,45% para candidatos de escola pública de qualquer etnia ou cor; 2% para candidatos de escola pública que se declararem indíodescendentes, mais duas vagas para índios aldeados e duas vagas para quilombolas. Os 55% restantes são disputados pelos candidatos do sistema universal. O vestibular é dividido em duas fases, sendo a primeira igual para todos. Cada candidato precisa atingir pontuação superior ao ponto de corte na primeira fase do vestibular dentro do grupo em que está inscrito.

A Universidade Estadual de Londrina (UEL) é outra que adotou o sistema de cotas no vestibular de 2005. Uma adesão nada trivial: a reserva constitui 60% do total. São destinadas 40% das vagas para candidatos oriundos de instituições públicas de ensino e outras 20% para negros oriundos de instituições públicas de ensino. Em 2008, ofereceu 3.050 vagas pelo sistema universal e 3.335 pelo sistema de cotas. Por possuir política de cotas, a UEL participa do “Afroatitude”,

programa federal de apoio à iniciação científica. O programa beneficia 50 alunos que ingressaram pelo sistema de cotas com bolsas de R\$ 300 para desenvolver projetos de pesquisa, extensão e ensino que abordem prioritariamente duas temáticas: a racial e a das doenças sexualmente transmissíveis, especialmente Aids.

Evaristo Colmán, presidente da Associação dos Docentes da UEL, diz que um dos problemas no processo de implantação das cotas foi o curto período de debates, cerca de 45 dias, e o volume de propaganda institucional. “Participei com professores do curso de Serviço Social e defendemos que a política de cotas é demagógica, não resolve a dívida histórica com os afro-descendentes; fere o princípio constitucional da igualdade de todos perante a lei; e coloca uma cortina de fumaça em projetos equivocados como o Reuni. Existem manifestações isoladas de preconceito e segregação em alguns cursos mais elitistas — na medicina, por exemplo”, comenta. A UEL possui 19.096 alunos em 42 cursos de graduação.

Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) a adoção de cotas no vestibular segue a lógica de reservar uma parte das vagas para estudantes egressos de escolas públicas, separando parcela delas segundo critérios étnico-raciais. A peculiaridade do programa adotado na UFSCar é que ela optou por ampliar gradativamente as vagas destinadas aos estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públi-

cas. Serão 20% das vagas entre 2008 e 2010; 40% de 2011 a 2013; finalmente, 50% de 2014 a 2016. Deste percentual, 35% das vagas serão ocupadas por estudantes negros —pretos e pardos. Cada curso de graduação disponibiliza, ainda, uma vaga para candidatos indígenas (que realizam provas específicas), contada para além do número total de vagas do curso.

Nem todas as universidades optaram por reserva de vagas baseada em um corte étnico-racial. No vestibular de 2008 da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), os candidatos à cota de 40% das 3.295 vagas totais precisaram atender a dois critérios sociais: ter cursado no mínimo sete anos em escola pública, contando todo o ensino médio; e ter renda familiar de até sete salários mínimos. Apesar disso, entre os 15 cursos mais procurados nove receberam mais estudantes pretos e pardos. Um exemplo é curso de Direito, em que foram inscritos 1.834 candidatos, sendo 356 cotistas, e foram aprovados 44 candidatos pelo sistema de cotas.

De acordo com Gustavo Forde, do Centro de Estudos da Cultura Negra, a reserva de vagas na UFES é uma conquista, na medida em que “aumenta a possibilidade de afrodescendentes ingressarem”. Por outro lado, ressalta, “foi um passo tímido, que demonstrou que a academia é permeada por muitos preconceitos e por isso não conseguiu fazer um recorte de que a exclusão é também pela raça e não apenas pela classe social”. O secretário de Inclusão Social, professor

Antonio Carlos Moraes, pondera que a proposta de cotas sociais foi a melhor alternativa em virtude do momento político do debate: “Se tivéssemos apresentado a proposta que incluía cotas raciais, o projeto seria derrotado e só poderia ser votado no ano seguinte”.

Na UFES todos os candidatos inscritos concorrem a 60% das vagas, depois é realizada uma reclassificação, que seleciona os estudantes com perfil para preencherem os 40% de vagas reservadas. As provas são iguais para os dois grupos, que precisam alcançar no mínimo 30% da nota das duas fases da seleção e não podem tirar menos de 2 na prova de redação. (Vide no **Quadro 5** informações detalhadas sobre os números de inscritos nos vestibulares e os resultados das políticas de cotas na UFES, UFBA, Uneb e UnB.)

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) só implantou em 2007 uma política de cotas. Todavia, o primeiro debate sobre ações afirmativas na UFSC ocorreu em 2001, entre professores que se reuniram durante uma longa greve por reajuste salarial. Como fruto destes encontros criou-se o Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da Associação dos Professores (Apu-fsc), que promoveu debates em universidades de Santa Catarina, do Rio de Janeiro e de Brasília.

Quadro 5 – Cotas: comparando números no DF, BA e ES em 2008

IES		UnB	Uneb	UFBA	UFES
Nº de Inscritos	Sistema universal	22.934	35.759	21.747	14.221
	Sistema de Cotas	4.276 (homologados só 1.159)	16.526 negros 825 indígenas	12.693	6.250 egressos da rede pública
	Total de inscritos	27.210	53.110	34.440	20.471
Nº de vagas	Sistema universal	874	2.706	2.336	1.977
	Sistema de Cotas	212	2.214	1.910	1.318
	Total de vagas	1.086 (64 cursos)	4.920 (156 cursos)	4.246 (67 cursos)	3.295 (66 cursos)
Aprovados/ vagas preenchidas	Sistema universal	857	2.939	2.311	2.221*
	Sistema de Cotas	207	1.818 negros 163 indígenas	1.800	794
	Totais	1.064	4.920	4.111	3.015

*Dentre os quais 300 que se inscreveram como cotistas, mas foram aprovados no sistema universal pelo desempenho.

Em 2007 a UFSC adotou um sistema misto de cotas, o que fez aumentar o número de alunos negros. O DCE apóia a medida, mas exige maior investimento da universidade em permanência estudantil

Os docentes Marcelo Tragtemberg e Marco Aurélio Peres e os estudantes João Dornelles Bastos e Lincon Nomura investigaram, a partir de simulações de aumento de vagas e alteração da nota mínima do vestibular, com base nos dados do vestibular de 2004, como seria a aplicação de uma política de ações afirmativas na UFSC. No estudo, publicado em setembro de 2006, concluiu-se que a simples reserva de 50% das vagas para estudantes oriundos do ensino médio público

não aumentaria o número de alunos negros aprovados, e nem mesmo a alteração da nota mínima conseguiria essa aprovação.

A votação no Conselho Universitário da UFSC aprovou por fim em 2007, com votação de 24 x 9, uma resolução que institui um sistema misto de cotas, semelhante ao existente em várias outras universidades federais. Reservou 30% das vagas em cada curso: 20% para candidatos que tenham cursado integralmente o ensino

fundamental e médio em instituições públicas; e 10% para candidatos autodeclarados negros que tenham cursado integralmente o ensino fundamental e médio em instituições públicas.

Após a implantação do sistema, aumentou o número de alunos negros na UFSC, que tinha em média 1% de estudantes pretos e 6,5% de pardos. Hoje os índices subiram para 6,3% e 9,6%, respectivamente. Rodrigo Fernandes Ribeiro, do Diretório Central dos Estudantes da UFSC, lembra que o projeto foi muito bem recebido: “Prometia, além deste acesso de 30% de cotas, investimentos em permanência, desafio para esta gestão do DCE”. Previa-se para junho de 2008 a realização do II Fórum dos Direitos Estudantis, “que buscará cobrar da Reitoria medidas de implantação de todas as necessidades mais sentidas dos estudantes da UFSC, na busca de mantê-los neste espaço”.

A UFSC possui 36.752 alunos, sendo 8.543 da pós-graduação, 25.737 na graduação e ensino à distância, 2.196 alunos do ensino básico e 276 na pré-escola. Estão distribuídos por 61 cursos de graduação e mais de 80 cursos de mestrado e doutorado. No último vestibular, inscreveram-se 29.243 candidatos no sistema universal, 5.188 nas cotas para escola pública e 562 pretos e pardos nas cotas étnicas. Apenas 4.095 vagas foram oferecidas, mas só 3.981 efetivamente preenchidas: 2.862 pelo sistema universal, 818 por egressos da escola pública e 301 por pretos

e pardos. Paralelamente, liminares concedidas em ações judiciais contra as cotas resultaram em 46 matriculados *sub judice*.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) passou a adotar políticas de cotas em 2008, destinando 30% das vagas para alunos egressos do ensino público (ensino médio e metade do fundamental). Metade delas é para egressos do ensino público autodeclarados negros, além de 10 outras vagas para descendentes dos povos indígenas. Foram ajuizadas contra a UFRGS, por estudantes não aprovados no vestibular que se consideraram prejudicados pela existência das cotas, 88 ações judiciais, e concedidas 70 liminares, garantindo a seus autores a matrícula. A universidade sempre recorre das liminares: até o final de junho já havia conseguido cassar 33 delas. Apenas uma das liminares foi mantida em segunda instância. Contudo, em nenhum dos processos houve o julgamento de mérito.

A Pró-Reitoria de Graduação avalia positivamente o programa. Não foram constatados problemas de integração dos alunos e existe a expectativa de os cotistas apresentarem desempenho tão bom quanto os demais. Beliza Stasinski Lopes, do DCE da UFRGS, considera a aprovação do sistema de cotas uma vitória, mas adverte para suas limitações: “Além da constatação da segregação racial que existe na Universidade, consideramos fundamental a ampliação da política de assistência estudantil, dos restauran-

tes universitários, de moradia e da estrutura dos laboratórios e bibliotecas. O sistema de cotas não resolve o problema da democratização do acesso”.

Márcio Leopoldo Maciel, estudante de Filosofia, membro eleito do Conselho Universitário da UFRGS (Consun), coordenador do Movimento Contra as Cotas, sustenta porém que não houve debate público, com disputa de argumentos, o que teria impedido a sociedade de tomar posição: “Os contrários ao sistema de cotas foram identificados como racistas. O resultado disso foi a ausência de uma evolução teórica sobre o tema. Diversas pessoas de classe média alta entraram na universidade via cotas e outras, que haviam perdido a vaga por conta das cotas, estão matriculadas por decisões judiciais. As distorções não são exceções, são a maioria dos casos”.

A UFRGS possui 23 mil alunos em cursos de graduação, 13 mil entre mestrado e doutorado, 2.150 professores. No vestibular 2008 inscreveram-se 34.999 estudantes, dos quais 23.470 pelo sistema universal e 11.529 pelo sistema de cotas. No entanto, somente 4.312 vagas foram oferecidas: 2.997 pelo primeiro e 1.315 pelo segundo. Foram efetivamente matriculados 4.310, e o número de cotistas baixou para 1.313.

Na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) o sistema de cotas passou a vigorar no vestibular de 2008, graças a resolução do ano anterior, que contempla reserva de vagas nos cursos de graduação por 10 anos. A UFSM

adota como critério de seleção o Sistema Cidadão Presente, nas modalidades A, B, C e D. O sistema “A” destina 10% das vagas em cada curso de graduação para candidatos afro-brasileiros; o sistema “B”, 5% para candidatos com necessidades especiais; o sistema “C”, 20% das vagas para candidatos provenientes de escolas públicas; e o sistema “D” destina até cinco vagas para alunos indígenas nos cursos de graduação em que houver procura.

“Na votação no Conselho Universitário a aprovação ocorreu por apenas um voto de diferença”, comenta Marta Íris Camargo Messias da Silveira, vice-presidente da Associação dos Amigos do Museu Treze de Maio e integrante da Comissão de

Implementação e Acompanhamento das Políticas de Ações Afirmativas da UFSM. “Esperávamos mais representantes da intelectualidade da sociedade brasileira. Muitos desafios nos aguardam para a consolidação de ações efetivas de promoção da igualdade racial. A política de cotas significa um instrumento de inclusão da comunidade negra em espaços historicamente a ela negados”, acrescenta.

A Pró-Reitoria de Graduação avalia de forma positiva a implementação do sistema. Admite, no entanto, a necessidade de avaliação e aperfeiçoamento para

alcançar os objetivos a que se propõe. Além das cotas, a UFSM adota o Programa de Ingresso ao Ensino Superior (Peies). Criado em 1995, é uma modalidade seriada de vestibular que busca preencher 20% das vagas destinadas aos cursos de graduação e já beneficiou 5.523 candidatos. O Peies é realizado com alunos de escolas cadastradas ou alunos independentes que se cadastram na instituição. Neste sistema, são realizadas provas com questões de múltipla escola ao final de cada ano do ensino médio.

Na UFPA, onde o ingresso se dá por intermédio de avaliação seriada, as cotas fizeram saltar as matrículas de egressos da rede pública, de 39% dos ingressantes em 2007 para quase 62% em 2008. Os negros ou pardos passaram de 68,79% para 75,26% do total

A UFSM possui 66 cursos de graduação e 74 de pós-graduação, os quais reúnem um total de 15.834 estudantes e 1.471 professores. No vestibular de 2008 inscreveram-se no sistema universal 10.392 candidatos (a 1.284 vagas) e 6.510 no sistema de cotas (a 976 vagas). Todas as vagas foram preenchidas em ambos.

Na Universidade Federal do Pará (UFPA) as cotas foram implantadas em 2005 — garantindo-se 50% das vagas para estudantes da rede pública, sendo 40% dessas reservadas para negros ou afrodescendentes — mas só

ganharam visibilidade em 2008. Isso porque o ingresso na UFPA se dá somente por meio de avaliação seriada, com duração de três anos, referentes ao período do ensino médio. Assim, a primeira turma a ingressar por intermédio das cotas foi a de 2008. Os resultados impressionam: nada menos do que 2.784 (61,95%) dos 4.494 ingressantes vieram da escola pública, contra 1.848 (39,34%) dos 4.697 ingressantes de 2007. Mais: em 2008 ingressaram 3.382 estudantes negros ou pardos, que representam 75,26% do total de

ingressantes, enquanto no ano anterior foram 3.231 ou 68,79% do total.

A professora Bernadete Souto, assessora técnica da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação, conta:

“Não foi fácil, sofremos muita crítica”. Segundo ela, a universidade não divulgou quais eram os alunos cotistas, “porque houve uma reação muito expressiva e contundente contra as cotas”. Bernardete ainda explica que está em estudo um programa de acompanhamento e financiamento dos estudantes cotistas e que a primeira turma do programa será acompanhada para adequação das propostas. A UFPA tem 31 mil alunos de graduação (em 338 cursos) e mais de 2.400 alunos de pós-graduação, distribuídos por 38 cursos de mestrado e 17 de doutorado.

USP, UNICAMP, UFPE E UFRPE ADOTAM AÇÕES AFIRMATIVAS COM BÔNUS

Amanda Rossi e Antonio Biondi



Na USP, maior das oito instituições de ensino superior que adotam sistemas de bonificação no vestibular e contemplam assim estudantes egressos do ensino público com pontuação extra, os resultados obtidos com o programa Inclusp deixam a desejar. Na Unicamp, o Paais foi instituído já em 2004 e, ao contrário da USP, tem um recorte racial, beneficiando estudantes negros e indígenas com pontuação adicional. Nas federais de Pernambuco, UFPE e UFPR, o bônus leva em conta a localização geográfica dos candidatos. Na UFU não há bônus, só avaliação seriada, que agora contempla exclusivamente alunos da rede pública

Na Universidade de São Paulo, a Reitoria deu início em 2007 a seu programa de inclusão, denominado Inclusp, que consiste na concessão de um bônus de 3% nas notas do vestibular aos alunos oriundos da rede pública de ensino médio. Os resultados obtidos têm sido medíocres, na medida em que não ocorreu inclusão de alunos pobres e negros na USP em quantidade significativa. Os percentuais de ingresso desses segmentos têm apresentado varia-

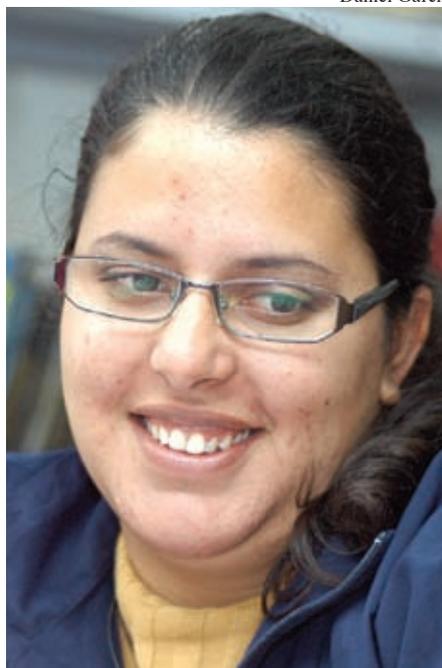
ção inexpressiva — e às vezes para baixo: em 2005, ingressaram 2.559 estudantes provenientes do ensino médio público; em 2006, este número caiu para 2.448 (24,7%); em 2007, subiu para 2.719 (26,7%), dos quais 333 com auxílio do bônus; em 2008, caiu para 2.713 (26,3%), dos quais 375 com auxílio do bônus.

Continuam decepcionantes os índices de aprovação de estudantes negros em primeira chamada, que foram de 1,5% em 2006, 1,9% em 2007, 1,8% em 2008. No curso de Medicina, apenas um

negro foi aprovado em primeira chamada (0,2% dos 375 convocados); em Direito, quatro são negros (0,86% dos 460 convocados); Jornalismo, com 60 convocados, e Audiovisual, com 35, simplesmente não contam com estudantes negros em primeira chamada. Os índices de estudantes pardos aprovados também não indicam mudança substancial: 10,5% em 2006, 10,7% em 2007 e 10,9% em 2008. Os de estudantes brancos apresentam variação semelhante: 77,1%, 77,5% e 77,9% respectivamente.

Os fracos resultados levaram a Pró-Reitoria de Graduação a anunciar mudanças no programa, a serem introduzidas já no vestibular de 2009. Duas bonificações extras serão concedidas: 1) bônus de até 6% nas notas da primeira e segunda fases do vestibular, a ser definido de acordo com a nota obtida pelo estudante no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Se o estudante obtiver pontuação de 100% no Enem, ele terá direito a um bônus de 6%; se obtiver pontuação menor, obterá bonificação menor; 2) bônus de até 3% nas notas das duas fases do vestibular, a ser definido de acordo com a nota obtida pelo estudante na prova de avaliação seriada a ser criada pela USP para estudantes da rede pública estadual (para o vestibular 2009, a USP somente aplicará provas para estudantes do 3º ano do ensino médio; para 2010 as provas também serão aplicadas para estudantes do 2º ano, e para 2011 serão aplicadas para todas as séries do ensino médio.)

Assim, teoricamente a bonificação total concedida aos candidatos inscritos por intermédio do Inclusp poderá chegar a 12%. O problema é que tal índice dificilmente será alcançado, como demonstram dados referentes ao Enem. Dos cerca de 141 mil candidatos inscritos no vestibular de 2008, 123 mil haviam se submetido ao Enem, segundo a Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), a entidade privada que organiza e aplica os vestibulares da USP. No Enem, a média de acertos desse contingente de 123 mil estudantes



Camilla dos Reis

foi de 73,3% (ou 46,18 pontos de um total de 63), e deles apenas 143 (0,11%) conseguiram 100% de aproveitamento. Pode-se inferir, portanto, que será reduzido o número de candidatos inscritos no Inclusp capazes de fazer jus a 6% de bônus no quesito “Enem”, e consequentemente alcançar o máximo de 12% de bônus.

“A bonificação não recupera o aluno que foi muito mal, não são pontos adicionais. É outra filosofia. A porcentagem age sobre o montante, a realidade, como ele realmente foi”, afirma o professor Maurício dos Santos Matos, assessor da Pró-Reitoria de Graduação. “Se o bônus de 3% não tivesse sido praticado, o número de estudantes oriundos do ensino público estaria decrescendo. O bônus foi determinante para reverter essa tendência de queda”, sustenta a pró-reitora Selma Pimenta Garrido, procurando res-

ponder às fortes críticas ao Inclusp (leia artigos sobre o Inclusp no bloco seguinte).

Letícia Venâncio inscreveu-se no Inclusp, mas tirou nota alta e não precisou dele para entrar no curso de Artes Cênicas. Ela critica o Inclusp por ser “muito superficial”, mas aprova a bolsa vinculada ao programa: “Meu curso é integral, então não tenho como trabalhar”

Que pensam sobre o Inclusp os jovens que são, ou deveriam ser, os potenciais beneficiários do programa? Colhemos opiniões bastante diversificadas, mas em todos os depoimentos é visível, e marcante, a expectativa de acesso a um ensino superior de qualidade e a políticas de permanência estudantil.

Após cursar toda a educação básica em escola pública e concluir o ensino médio em 2004, Camilla dos Reis voltou a estudar: inscreveu-se num cursinho popular, o Cursinho do Crusp (conjunto residencial da USP), para tentar ingressar em Nutrição. “A avaliação seriada do Inclusp fala muito dos alunos que ainda estão na escola pública. Mas não há programa para quem já acabou a escola pública há algum tempo e não pode prestar vestibular porque

teve que trabalhar, porque não tinha como se manter, o que é o meu caso”, protesta.

Letícia Venâncio, aluna do primeiro ano de Artes Cênicas na USP, inscreveu-se para receber o bônus do Inlusp, mas seria aprovada mesmo sem ele. “O Inlusp, pelo que vejo, dá um estímulo. Quando ele surgiu muita gente se animou a prestar a USP. Mas acho muito superficial. Se você fez escola pública e não fez cursinho, não vai ajudar”, opina. Neste primeiro ano de faculdade, Letícia recebe uma bolsa de R\$ 250, vinculada ao Inlusp. “Essa bolsa me ajudou. Meu curso é integral, então não tenho como trabalhar”. Ela é contra cotas raciais: “Sou negra e acho que essas medidas específicas para negro são mais racistas do que ajudam. Eu não preciso de uma ajuda a mais do que uma pessoa que é branca. Eu, que tive educação ruim, preciso de bonificação a mais por isso”.

Bruno Maciel Athanasio sempre estudou em escola pública. Depois de disputar sem sucesso em 2005 uma vaga no curso de Gestão de Políticas Públicas, desistiu da USP. Em 2008, concorreu a uma vaga na Universidade Federal do ABC e foi aprovado. “3% não são suficientes”, diz sobre o Inlusp. “Se o bônus fosse maior”, ele teria se motivado para prestar vestibular na USP novamente. Crítico do programa, acredita que ele “pode ser melhorado com acréscimo de pontos não só para quem é oriundo de escola pública, mas para quem é de baixa renda, seguindo uma análise sócio-econômica feita de forma séria pela universidade”. Pondera: “Bonificação só para

aluno de escola pública não é efetiva, mas é sim medida de inclusão”.

“Realmente a gente percebe que existe mesmo essa história de passarem os mais brancos no curso de Medicina da USP”, lamenta Ewelyn Regina de Souza, caloura de Enfermagem. A estudante é negra e prestou vestibular para Medicina por mais de dois anos, em diferentes universidades, mas não conseguiu vaga no curso. Em 2008 ela resolveu prestar Enfermagem, mas continuará tentando Medicina: “Não vou desistir do meu sonho”.

O Paais da Unicamp, “primeiro programa de ação afirmativa sem cotas implantado em universidade brasileira”, concede 30 pontos de bônus a quem cursou todo o ensino médio na rede pública. Pretos, pardos e indígenas podem ganhar mais 10 pontos

Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), existe o Programa de Ação Afirmativa e Inclusão Social (Paais), instituído em 2004, e que, segundo o professor Leandro Tessler, coordenador executivo da Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest), foi o “primeiro programa de ação afirmativa sem cotas implantado em uma universidade brasileira”. O programa visa estimular o ingres-

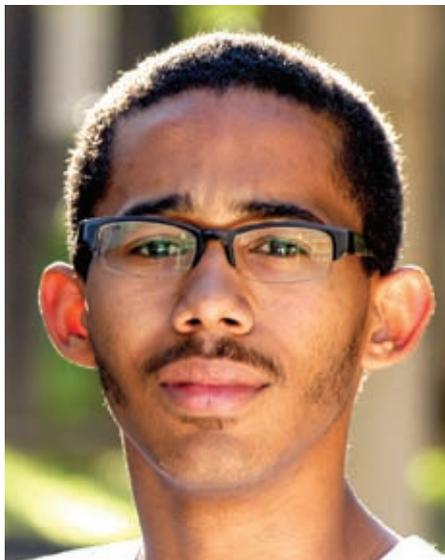


Letícia Venâncio

so de estudantes da rede pública, assim como a diversidade étnica e cultural. Os estudantes que optam pelo Paais na inscrição para o vestibular recebem 30 pontos de bônus na nota final. Candidatos auto-declarados pretos, pardos e indígenas que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas podem ter mais 10 pontos acrescidos à nota final — a 1ª fase vale 96 pontos, a 2ª vale 384 pontos e as provas específicas de aptidão 48 pontos (confira números do Paais no **Quadro 6**).

Por que a Unicamp optou por esses mecanismos? Tessler afirma que “desde o início a idéia de cotas, ou seja, reserva de vagas para qualquer grupo social ou étnico, não contou com muita simpatia na Unicamp.” Sérgio Henrique de Teixeira, do Diretório Central dos Estudantes (DCE-Unicamp), considera o programa muito limitado: “dez pontos

Daniel Garcia

**Bruno Athanasio**

na segunda fase apenas, além de ser quase inexpressivo, atinge, em certa medida, somente aqueles negros que já teriam chances reais de entrar”. Para ele, a universidade não discute os problemas reais: “a estrutura elitista da universidade” e a “opressão do negro”. Teixeira defende que a Unicamp adote a reserva de vagas nas universidades em proporção ao número de negros no Estado de São Paulo — cerca de 31%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) concede um bônus de 10%, por meio de um sistema que combina critério sócio-econômico indireto (ter estudado na rede pública de ensino) com critérios geográficos. Desse modo, no campus do Recife recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas públicas estaduais ou municipais em Pernambuco. Mas nos campi de Vitória de Santo Antão e de Caruaru

Quadro 6- Os números do vestibular 2008 da Unicamp

Inscritos	Não optantes pelo Paais	35.559	72%
	Paais	13.918	28%
	Total	49.477	100%
Vagas	Sistema universal	2.954*	100%
	Não optantes pelo Paais	2.057	68%
Aprovados (vagas preenchidas)	Paais	975	32%
	Total	3.032	100%

Fonte: Comissão Permanente para os Vestibulares (Comvest)
*Em 60 cursos

recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas públicas ou privadas do interior pernambucano, ou seja, de qualquer localidade que não pertença à região metropolitana do Recife.

Em um primeiro momento, a UFPE também concedeu bônus para estudantes de escolas federais e supletivos, mas deixou de fazê-lo porque houve denúncias de que estudantes de escolas particulares estavam se matriculando nos supletivos apenas para receber o bônus e, no caso das escolas federais, por recomendação do Ministério Público Federal, que argumentou que a qualidade do ensino dessas instituições tendia a ser superior à do restante da rede pública.

Na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) adotam-se critérios semelhantes. No campus de Garanhuns recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas privadas ou públicas localizadas no agreste pernambucano, e no campus de Serra Talhada recebe o bônus o candidato que cursou todo o ensino médio em escolas privadas ou públicas do sertão pernambucano.

Diferenciando-se do grupo de universidades estaduais e federais integrado por USP, Unicamp, Universidade Federal Fluminense (UFF), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), UFPE e UFRPE, que recusam as cotas mas adotam, como ação afirmativa, sistemas de pontuação diferenciada, a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) optou por uma medida mais discreta e conservadora.

Em 30/11/2007 o Conselho Universitário da UFU resolveu destinar as vagas do Programa Alternativo de Ingresso ao Ensino Superior (Paies), de avaliação seriada, exclusivamente aos alunos da rede pública de ensino. Até então as vagas do Paies, que somam 25% do total de vagas oferecidas pela UFU, eram indistintamente destinadas a estudantes de escolas públicas e particulares. Ao votar pela reserva de vagas do Paies para estudantes da rede pública, o Conselho Universitário recusou o sistema de bonificação, bem como as cotas com recortes para grupos a serem definidos. Não haverá, por exemplo, política afirmativa específica para negros.

AÇÕES RECENTES MOVIMENTAM STF E CONGRESSO NACIONAL

Antonio Biondi
Jornalista

Os meses de abril e maio de 2008 foram marcados por importantes mobilizações e debates a respeito de cotas e políticas afirmativas no Brasil. A movimentação foi ampliada pela comemoração dos centésimo-vigésimo aniversário da Abolição. Chegaram ao Supremo Tribunal Federal (STF), a quem cabe julgar ações judiciais que contestam a constitucionalidade

de da adoção de cotas por universidades públicas, dois manifestos, que reafirmam justamente as duas posições antagônicas quanto ao assunto.

No dia 30 de abril, um grupo de intelectuais, sindicalistas, empresários e ativistas de movimentos negros entregou ao presidente do STF, Gilmar Mendes, o manifesto “113 Cidadãos Anti-Racistas Contra as Leis Raciais”, que pede a suspensão das cotas para negros nas

universidades, bem como a suspensão do Programa Universidade para Todos (Prouni).

Entre os 113 signatários figuram Eunice Durham, Ferreira Gullar, Gerald Thomas, João Ubaldo Ribeiro, José Arbex Jr., José Goldemberg, José de Souza Martins, Maria Herminia Tavares de Almeida, Reinaldo Azevedo, Roberto Romano da Silva, Ruth Cardoso e Wanderley Guilherme dos Santos.

No dia 13 de maio, foi entregue

ao presidente do STF o manifesto “120 Anos da Luta pela Igualdade Racial no Brasil”, que se coloca como “em defesa da justiça e da constitucionalidade das cotas”. Traz mais de 700 assinaturas, entre as quais as de Augusto Boal, Emir Sader, Fabio Konder Comparato, Frei David, Heloisa Fernandes, João Pedro Stédile, Jorge Furtado, Margareth Menezes, Miguel Arroyo, MV Bill, Nelson Pereira dos Santos, Oscar Niemeyer, Paulo Betti, Sérgio Haddad, Taís Araújo e Zezé Motta, e o apoio de entidades como Educafro e Movimento dos Sem Universidade.

A pressão sobre o Judiciário gerou efeitos na Câmara dos Deputados, onde a Comissão de Direitos Humanos e Minorias elaborou nota oficial de apoio às cotas. Além disso, os deputados colocaram na pauta de votação o projeto de lei que prevê a criação de cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas em todas as universidades federais (PL 73/99), cuja tramitação se encontrava paralisada há quatro anos.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Educação (MEC) optou por não indicar representantes para conceder uma entrevista sobre o tema. Ao ser indagada por e-mail sobre se “o MEC possui algum programa ou política de incentivo” à adoção das cotas nas universidades, sua assessoria de imprensa limitou-se a sugerir a leitura do sítio do ministério na Internet, indicando o *link* onde poderiam ser encontradas “as demais políticas da Secretaria de Educação Superior”.

“O silêncio diante das desigualdades é um absurdo”, diz Renato Ferreira, pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Uerj

Renato Ferreira é pesquisador do Laboratório de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LPP-UERJ), onde coordena o Programa Políticas da Cor, dedicado a estudar a adoção de políticas afirmativas nas universidades brasileiras. Ele considera absurdo que muitas universidades não estejam debatendo a questão. “Contra ou a favor, pouco importa num primeiro momento, o que é inadmissível é o silêncio diante de tanta desigualdade”.

Para ele, “o Brasil vive um significativo processo de inclusão dos grupos historicamente excluídos no ensino superior”. Ferreira explica que “as cotas são uma das formas de políticas afirmativas ou de inclusão” e que as universidades estaduais do Rio foram pioneiras na adoção de tais políticas, em 2003. Hoje, segundo o pesquisador, 79 universidades públicas adotam algum tipo de política de inclusão (vide Quadro 7).

Trata-se de “um processo lento e gradual, mas profundamente transformador”, que “promove a diversidade” e coloca “um fim à invisibilidade das desigualdades



Renato Ferreira, do LPP-Uerj

raciais”. Ferreira destaca como ponto negativo o debate ainda não ter chegado à pós-graduação, assim como sua preocupação com o sucateamento de políticas de assistência estudantil.

Uma das referências na área, e signatário do manifesto pró-cotas, ele entende que o MEC deveria se posicionar de modo mais ativo diante das políticas de inclusão, de forma coerente com a posição do governo Lula e sem ferir a autonomia das instituições. O governo poderia “divulgar mais dados sobre as desigualdades no Ensino superior”, ou buscar o diálogo “para fomentar que mais universidades adiram às políticas de inclusão”.

Quanto ao Programa Universidade para Todos (Prouni), que possui medidas afirmativas para negros e indígenas, e que deve oferecer cerca de 400 mil bolsas nos próximos anos, ele avalia como uma “grande políti-

Daniel Garcia

**Douglas Belchior**

ca de inclusão, uma vez que a maioria das vagas do ensino superior está nas instituições privadas”.

“São Paulo é a ilha do elitismo no ensino superior, a grande ilha da exclusão”, protesta Douglas Belchior, da Educafro

Douglas Belchior, professor de história, integrante da coordenação nacional da entidade Educafro, entende que houve “avanços enormes” nas políticas afirmativas no Brasil nos últimos anos, lembrando que há alguns anos começaram as vitórias na Justiça garantindo isenção de taxas nos vestibulares para estudantes carentes. Os avanços se percebem, diz ele, nas universidades federais,

QUADRO 7- Os números da inclusão nas universidades segundo o LPP/UERJ

- 79** universidades públicas adotam algum tipo de política de inclusão em seu vestibular
- 39%** das instituições federais adotam algum tipo de política de inclusão
- 36%** das instituições de ensino superior públicas adotam algum tipo de política de inclusão
- 54** universidades implementaram cotas étnico-raciais em seu vestibular
- 35** instituições possuem medidas afirmativas para negros
- 32** instituições, das 35 citadas, adotam as cotas e 3 o sistema de bonificação por pontos
- 7** instituições em São Paulo adotam medidas afirmativas para negros – é o Estado que possui mais universidades adotando esse tipo de mecanismo
- 37** instituições adotam ações afirmativas para indígenas
- 18** instituições paranaenses adotam políticas específicas para os indígenas
- 17** universidades, sobretudo no Nordeste, estabelecem medidas somente para estudantes de escola pública
- 1** instituição adota o sistema de cotas somente para alunos pobres, independentemente de serem oriundos da rede pública ou privada de ensino

Fonte: Laboratório de Políticas Públicas da UERJ – “O mapa das ações afirmativas no Ensino Superior” (2007)

com novos *campi* e instituições criados já com políticas afirmativas.

O coordenador da Educafro destaca, contudo, que as universidades estaduais não acompanham o processo. “Em São Paulo, especialmente. É a ilha do elitismo no ensino superior, a grande ilha da exclusão, do preconceito, do racismo”, e onde se evidencia a “briga com a nata da burguesia nacional, apoiada pela imprensa conservadora e contrária às cotas”.

De acordo com Belchior, a Educafro defende que as “cotas para

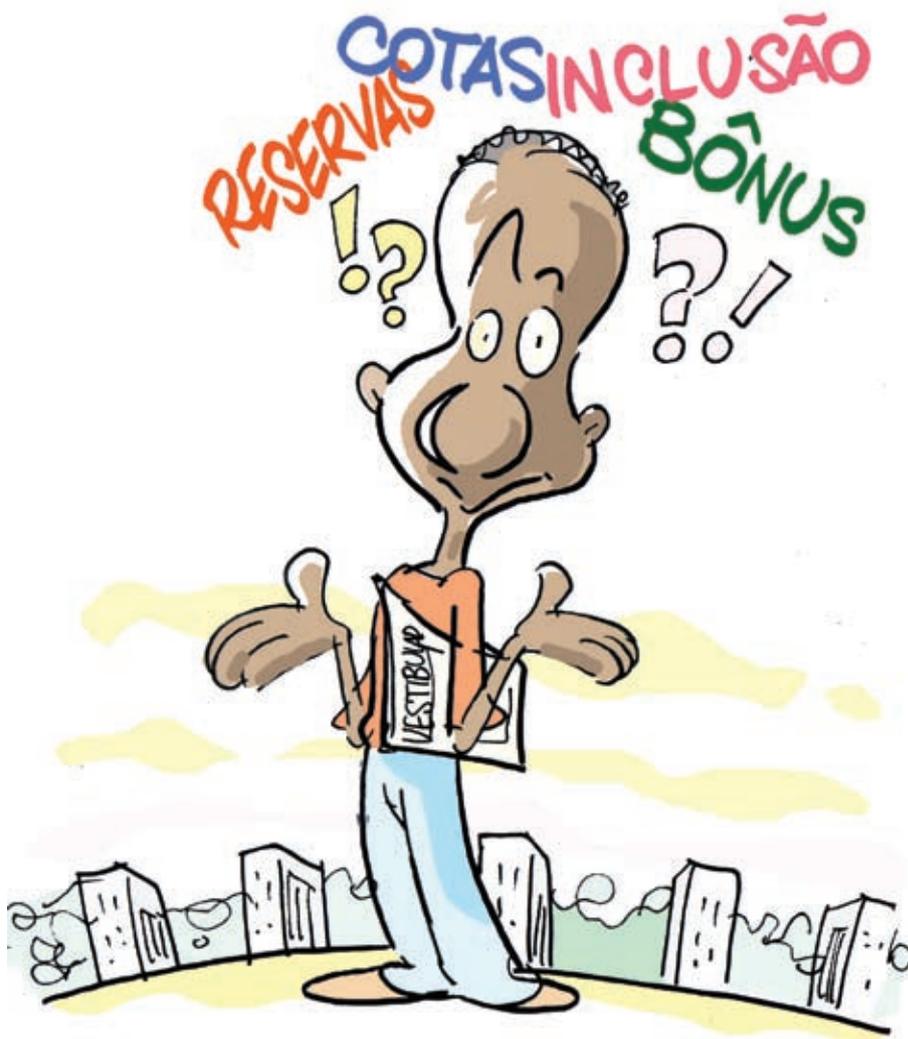
negros nas universidades têm que ser proporcionais à população do Estado e do país”. Assim, “se em São Paulo há 31% de negros, tem que ser 31% de vagas”. Paralelamente às cotas para negros, a entidade defende cotas sócio-econômicas e para as escolas públicas. Ele diz que a Educafro quer um modelo em que as cotas não sejam necessárias, com universidades públicas para todos no país. “Sabemos que as cotas são compensatórias, mas hoje elas são fundamentais”.

POR ENQUANTO, “ANTES DE MAIS NADA”, NADA!

Ana Cláudia Mielki, Antonio Biondi e Daniel Hammes

Jornalistas

Entre as 29 universidades federais que não adotam qualquer tipo de política de inclusão encontram-se a UFRJ e a UFMG. Nesta última estuda-se a possibilidade de adotar um bônus de 10% para os egressos da rede pública de ensino, como já fazem algumas instituições. Em São Paulo, outra grande universidade pública, a estadual Unesp, faz questão de avisar que “antes de mais nada, o termo ‘cotas’ não é utilizado” por ela, que se limita a conceder isenções na taxa cobrada dos vestibulandos



A maioria das universidades públicas do país — entre elas, algumas das maiores — continua ignorando a temática da inclusão. Não é que, por desgostarem das cotas, tenham preferido adotar alguma outra política afirmativa. Simplesmente não tinham, até o momento em que fechamos esta edição, qualquer política de inclusão digna do nome.

É o caso da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a mais enraizada no interior de São Paulo, com 23 campi, 3.500 docentes, 33 mil alunos de graduação (5 mil profissionais formados a cada ano) e 10 mil alunos de pós-graduação. Também enquadram-se nesta categoria a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com seus 3 mil docentes, 33 mil alunos de graduação (4 mil profissionais por ano), 9.600 de pós-graduação; a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 2.446 docentes, 24 mil alunos de graduação (4 mil profissionais por ano) e 10.500 de pós-graduação; e outras 27 universidades federais.

Na Unesp, a assessoria de imprensa tratou de esclarecer, logo na primeira mensagem em resposta ao pedido de informações da reportagem, que “antes de mais nada, o termo ‘cotas’ não é utilizado pela Unesp”. De acordo com

o professor Fernando Prado, diretor acadêmico da Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Vunesp), a Unesp não adota cotas em seu vestibular “por entender que a elevação desses percentuais não deve ser obtida artificialmente”.

Como uma de suas “políticas afirmativas” centrais, a Unesp ofereceu, no vestibular de 2007, isenção de taxa de inscrição para 32.611 candidatos. Deste total, que inclui candidatos “socioeconomicamen-

A professora Nilma Gomes acredita que o sistema de bônus que a UFMG quer implantar é “uma resposta fraca diante do potencial político e pedagógico da universidade” e das demandas em curso: “a UFMG precisa de uma proposta mais arrojada”

te carentes” e alunos de cursinhos comunitários da Unesp, foram efetivamente realizadas 28.556 inscrições com isenção. Ou seja, 87,6% do total. Para a Vunesp, “o baixo aproveitamento das isenções de taxa de inscrição indica a complexidade do problema”.

Dados apresentados pela Unesp indicam que os candidatos beneficiados pelas isenções possuem aproveitamento no vestibular muito inferior ao dos candidatos que pagaram a inscrição, o que atesta a insuficiência dessa política em termos de inclusão. Dos 64.284 candidatos que pagaram a inscrição, 5.554 (8,6%) foram aprovados no vestibular e se matricularam em um dos cursos da

Unesp, enquanto que dos 28.556 candidatos inscritos com isenção só 627 foram matriculados (2,2%).

A Unesp enviou à *Revista Adusp* tabela com dados dos estudantes matriculados na instituição nos últimos anos. Os dados, alusivos à cor da pele e renda familiar, entre outras variáveis, não vieram acompanhados de qualquer avaliação da Vunesp a seu respeito (vide **Quadro 8**).

Uma das mais tradicionais e importantes instituições universitárias brasileiras, a UFRJ não adota qualquer tipo de cota, segundo sua assessoria de imprensa. O peso de determinados setores da instituição impede que o debate sequer avance para uma definição. Roberto Leher, docente da Faculdade de Educação e diretor da Associação dos Docentes (Adufrj), critica a falta de debate sobre a questão na UFRJ.

Segundo Leher, os conselhos da instituição chegaram a acenar que “iriam incorporar uma agenda interessante, passando pela relação da universidade com a educação básica pública e incorporando a variável estrutural da classe social. Mas isso não prosperou”. Existem dificuldades na relação entre a UFRJ e as escolas estaduais, situação agravada pelo fato de que “as questões fundamentais passaram a ocupar um não-lugar nos debates universitários hegemônicos pela pauta imposta pelo governo federal”.

Quadro 8 – Potenciais cotistas aprovados no vestibular (sem cotas) da Unesp

Indicadores (matriculados)	Ano de Ingresso		
	2005 (%)	2006 (%)	2007 (%)
Ensino médio em escola pública	38,8	36,0	35,4
Cor de pele declarada (parda, preta, indígena)	17,1	17,1	15,6
Renda familiar mensal menor que cinco salários mínimos	34,2	36,5	38,7
Sem cursinho	28,1	30,4	31,5

Fonte: Fundação para o Vestibular da Universidade Estadual Paulista (Unesp)



Roberto Leher

A Adufrj, diz o professor, possui grande afinidade com a proposta construída pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) de que se deve “estabelecer articulações com escolas públicas localizadas em territórios de pobreza, promovendo apoio pedagógico a essas escolas e assegurando às mesmas acesso diferenciado aos cursos da UFRJ”. Ele sustenta que “não adianta pensar em cotas étnicas sem consideração à classe” e que “é preciso articular a ação afirmativa a uma política consistente de ampliação das vagas nas universidades públicas”.

Na UFMG, nem mesmo a reserva com base em critérios socioeconômicos foi implantada. Atualmente está em discussão no Conselho Universitário a proposta de atribuição de um adicional de 10% da pontuação obtida no vestibular por candidatos que estudaram em escola pública. A proposta já foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (Cepe).

Ledeci Coutinho, do Coletivo de Educadores Negros de Pelotas, considera tímidas as ações de inclusão na UFPel: “Estamos em um município em que 46% da população é afro-descendente, no entanto não vemos políticas concretas para essa parcela da população”

De acordo com a professora Nilma Lino Gomes, do Departamento de Administração Escolar da Faculdade de Educação da UFMG, o sistema de bônus não deve ter um efeito significativo: “Trata-se de uma resposta fraca diante do potencial político e pedagógico da nossa universidade e das demandas de democratização do acesso em curso, que articulam a questão socioeconômica com a étnico-racial. A UFMG precisa de uma proposta mais arrojada, mais radicalizada de democratização”, afirma.

Para ela, antes de aprovar qualquer proposta é preciso realizar um censo étnico-racial que possa revelar

a realidade sócio-econômica e racial de alunos, funcionários e docentes da universidade, e que possibilite, a partir disso, construir “uma proposta com a cara da UFMG”. Por outro lado, o pró-reitor de Graduação, professor Mauro Braga, acredita que a proposta de bônus para 2009 será mais fácil de ser aprovada no Conselho, já que a temática das cotas é ainda encontra bastante resistência, em especial a das cotas raciais.

A Universidade Federal de Pelotas (UFPel) é outra que não adota política de cotas. Segundo a Pró-Reitoria de Graduação, existe a intenção, com a adesão ao Programa Reuni, em 2008, de propor espaços de dis-

PUC VÊ “AMBIGÜIDADES” NAS COTAS, ENQUANTO FGV E FEI PREFEREM CALAR

A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) é uma instituição de renome que opta por não adotar política de cotas em seu vestibular. Marta Silva Campos, assessora da Vice-Reitoria Comunitária, explica que tal procedimento “nunca foi cogitado pela PUC-SP” e “não há no momento nenhuma intenção” de adotá-lo. Marta explica que a instituição estabeleceu, em 2001, uma cota fixa de 12 bolsas anuais para alunos indígenas aprovados no vestibular — atualmente há 56 na PUC-SP.

Professora de Política Social, ela acrescenta que, “como universidade filantrópica e comunitária”, a PUC-SP possui uma “política de concessão de bolsas de estudo para estudantes impossibilitados



Marta Campos

de pagar”, assim como um programa para a permanência desses alunos na universidade. Além de contar com recursos da instituição para as bolsas, desde 2005 a PUC-SP passou a integrar o Programa Universidade para Todos (Prouni), do governo federal, contando

com 1.034 alunos bolsistas ligados a ele. Para Marta, os critérios do Prouni garantem uma boa seleção segundo aspectos sócio-econômicos, diferentemente do que se verifica com as cotas, que, no entender dela, possuem “fragilidades técnicas e conceituais”, assim como “ambigüidades”.

Duas outras instituições particulares procuradas pela reportagem, Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Centro Universitário da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI), chegaram a sinalizar que dirigentes poderiam conceder entrevistas à *Revista Adusp*. Ambas, contudo, deixaram de cumprir a promessa — pior, sequer forneceram os dados sobre o número de candidatos e ingressantes nos respectivos vestibulares.

cussão para estabelecer uma política de cotas que não se limite a questões étnicas. A curto prazo, a novidade na UFPel será a implantação de 12 novos cursos (700 novas vagas), e a contratação, através de concurso público, de 23 professores e 12 funcionários até o final de 2008. Atualmente a UFPel tem 9.679 alunos, dos quais 7.652 em cursos de graduação, 1.266 em pós-graduação e 761 em cursos de nível médio. Dispõe de 948 docentes e 1.167 funcionários.

Ledeci Lessa Coutinho, do Coletivo de Educadores Negros de Pelotas, considera tímidas as ações de inclusão na UFPel. “Existe o Leparq, grupo de estudos sobre história e antropologia que discute o assunto e irá elaborar uma proposta de política de cotas na UFPel. Estamos em um município em que, conforme dados do movimento negro, 46% da população é afro-descendente, no entanto não vemos políticas concretas para essa parcela da população”.

Uma iniciativa inédita no Rio Grande do Sul ocorreu em 2007, quando estudantes do curso de Filosofia, integrantes do Grupo Sangoma de Estudos da Cultura Negra, fundaram a Biblioteca Negra de Pelotas, espaço dedicado à valorização da história e da cultura afro. Lisandro Dias, do grupo Sangoma, resalta o papel do espaço: “Dançar é importante. Cantar é importante. Estimular o pensamento crítico também”.

IMPACTO DO INCLUSP NO INGRESSO DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA (ANÁLISES INICIAIS)

Selma Garrido Pimenta
Pró-Reitora de Graduação da USP

Maria Amélia Campos Oliveira, Maria Isabel de Almeida
e Maurício dos Santos Matos
Assessores da Pró-Reitoria de Graduação da USP



O egresso da escola pública tende a se sentir desestimulado a prestar o vestibular em razão de suas poucas chances de aprovação. Denota-se que as condições socioeconômicas têm influência preponderante nas possibilidades de acesso à universidade. Por essas razões, o Programa de Inclusão Social da USP-Inclusp tem por foco o estudante do Ensino Médio público. Seu objetivo é ampliar progressivamente o percentual de ingressantes que cursaram o Ensino Médio na rede pública de ensino, sem comprometer o critério de mérito acadêmico como legitimador do processo

O Programa de Inclusão Social da USP (Inclusp)¹ foi concebido a partir da preocupação da Universidade com as barreiras socioculturais que dificultam o acesso e a permanência de jovens de segmentos menos favorecidos da sociedade aos cursos de graduação.

O jovem que tem acesso a uma educação de melhor qualidade tende a chegar ao vestibular melhor preparado do que aquele que não teve a mesma oportunidade, vencendo assim a disputa por uma vaga na universidade. Já as famílias de menores faixas de renda têm na escola pública uma das poucas alternativas para a escolarização de seus filhos e é notória a deterioração da qualidade da educação pública no Brasil.

A grande maioria de estudantes do Ensino Médio (cerca de

85%) cursa escolas públicas mas, no momento do ingresso nas universidades públicas, essa proporção inverte-se. Em 2006, por exemplo, estudantes oriundos do Ensino Médio público representavam 24,7% dos ingressantes na USP.

O egresso da escola pública tende a se sentir desestimulado a prestar o vestibular em razão de suas poucas chances de aprovação. Denota-se, portanto, que as condições socioeconômicas dos candidatos têm influência preponderante nas possibilidades de acesso à universidade.

Por essas razões, o Programa de Inclusão Social da USP-Inclusp

tem por foco o estudante do Ensino Médio público. Seu objetivo principal é ampliar progressivamente o percentual de ingressantes que cursaram o Ensino Médio na rede pública de ensino, sem comprometer o critério de mérito acadêmico como legitimador desse processo.

Com o Inclusp, a Universidade de São Paulo busca contribuir para alterar esse quadro de exclusão social, atuando positivamente na superação das barreiras que dificultam o ingresso na Universidade, ampliando as possibilidades de acesso ao ensino superior e incentivando a continuidade dos estudos dos egressos da escola pública.

O Inclusp é um projeto de longo prazo e abrange o planejamento e a implementação de medidas que alcancem o candidato ainda antes do vestibular, durante o Ensino Médio, além de alterações no processo seletivo e de medidas de incentivo aos

“Em 2008, o impacto do bônus foi maior do que no ano anterior e conteve uma significativa tendência de queda no número de ingressantes oriundos da escola pública, mantendo o patamar de 2007”

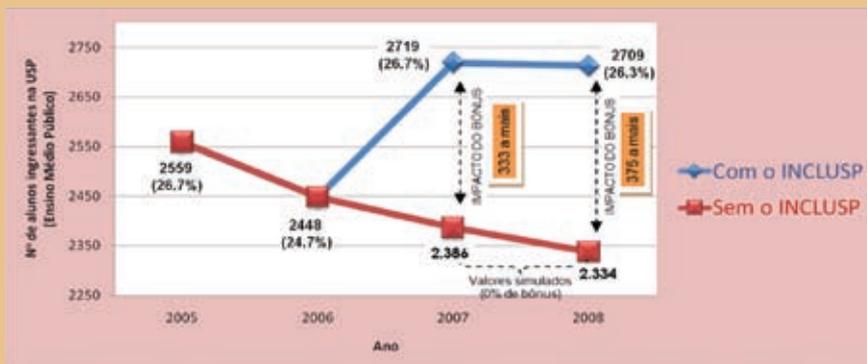
ingressantes para que permaneçam e conclua o curso.

Dentre as principais ações implementadas em 2007, foi praticado o bônus de 3% em ambas as fases do vestibular para candidatos que cursaram integralmente o Ensino Médio público. A aplicação do bônus já na primeira fase² mostra o esforço da USP em ampliar o contingente de estudantes do Ensino Médio público que irão concorrer à segunda fase, quando novamente receberão o bônus. Esse sistema, além de ampliar a possibilidade efetiva de ingresso, ainda motiva aqueles que não o conseguiram a se preparar para o próximo vestibular. O bônus de 3% foi mantido em 2008 de forma a possibilitar análises comparativas que possam ensejar modificações ou novas ações.

Em ambos os anos, o bônus teve papel determinante para a aprovação de 333 candidatos em 2007 e 375 em 2008 (Figura 1). Esses números mostram que, em 2008, o impacto do bônus foi maior do que no ano anterior. Devido à confirmação da tendência de queda iniciada em 2006 e o seu efeito em 2008, o maior impacto do bônus conteve uma significativa tendência de queda no número de ingressantes oriundos da escola pública, mantendo o patamar de 2007.

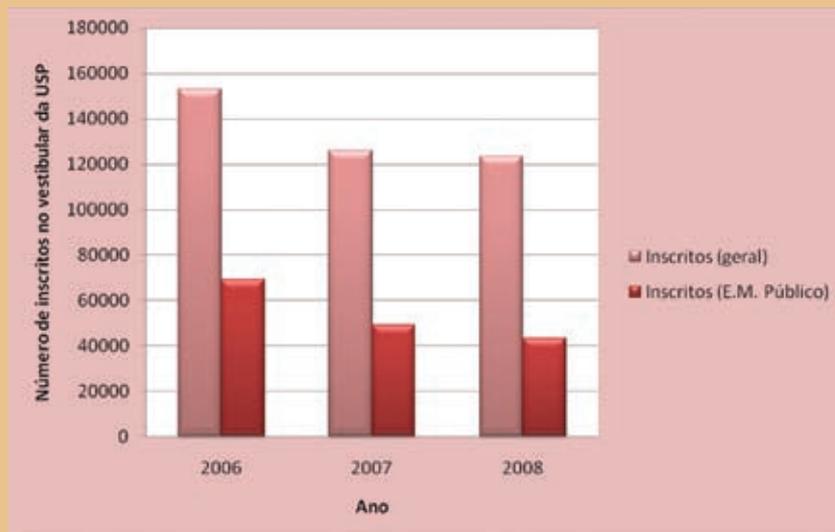
Os valores apresentados na Figura 1 foram obtidos da comparação entre a situação real, com o bônus de 3%, e a situação simulada, sem a aplicação do bônus. Calculou-se a diferença entre essas duas situações em relação ao conjunto de candidatos que responderam positivamente à questão da ficha de

Figura 1. Número de alunos ingressantes na USP que cursaram integralmente o Ensino Médio público e o percentual (em parênteses) relativo ao total de ingressantes no ano. Dados relativos ao período de 2005 a 2008.



Fonte: Fuvest/Pró-Reitoria de Graduação (questionário socioeconômico/ficha de inscrição).

Figura 2. Número de inscritos no vestibular da Fuvest no período de 2006 a 2008.



Fonte: Fuvest/Pró-reitoria de Graduação (questionário socioeconômico/ficha de inscrição)
 Obs.: Os dados de inscritos oriundos da escola pública foram obtidos a partir das informações fornecidas na ficha de inscrição.

“Dentre as possíveis hipóteses para explicar a diminuição do número de candidatos no vestibular das universidades públicas paulistas estão a criação da UFABC, os novos campi da Unifesp e a corrida dos alunos de Ensino Médio público para o Prouni”

inscrição sobre a integralidade dos estudos no Ensino Médio público.

Com efeito, os dados de 2007 (Figura 1) revelam que o bônus elevou em números absolutos e percentuais o total de alunos ingressantes na USP provenientes do Ensino Médio público de 2.448 (24,7%) em 2006, para 2.719 (26,7%) em 2007. Em 2008, os dados referentes aos ingressantes, consolidados até o início do mês de abril de 2008, após as matrículas, revelam em números absolutos um total de 2.709 (26,3%) ingressantes de escola pública. Ou seja, números muito próximos aos do ano anterior, o que estava dentro das expectativas, já que o bônus foi mantido em 3%. Assim, tanto em 2007 como em 2008, o bônus conteve a tendência de queda que vinha sendo observada no número de ingressantes do ensino público na USP, que havia baixado de 2.559 em 2005 para 2.448 em 2006. Caso o bônus não tivesse sido aplicado, esses números seriam ainda menores nos anos seguintes, chegando a 2.386 em 2007 e 2.334 em 2008.

Considerando ainda o decréscimo acentuado de inscritos em geral e de oriundos do ensino público (Figura 2), sem o Inclusp a tendência de queda observada nas inscrições em 2007 e 2008 teria se refletido em decréscimo ainda mais acentuado no número de ingressantes da escola pública, o que, de fato, não ocorreu.

É importante destacar que os dados ora apresentados referem-se aos **ingressantes**, ou seja, ao conjunto de alunos que tiveram suas **matrículas efetuadas** após a finalização de todo o processo de matrícula, que conta com quatro chamadas até a sua efetivação e

consolidação. A fonte dos dados foi o Sistema Júpiter, destinado exclusivamente à organização das informações sobre a graduação da USP, sendo, portanto, da responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação.

As informações veiculadas pela imprensa no início de 2008 referiam-se somente aos convocados para a 1ª matrícula, apoiadas em dados sobre o vestibular de responsabilidade da Fuvest, que os divulga em seu *site* após o término do processo de correção das provas, que ocorre, normalmente, no início de fevereiro. Análises sobre o impacto do Inclusp no perfil dos ingressantes USP só podem ser realizadas a partir dos dados dos estudantes efetivamente matriculados, enquanto que o impacto no sistema do vestibular deve ser analisado a partir dos dados fornecidos pela Fuvest.

Os dados do vestibular Fuvest permitem compreender os condicionantes mais amplos e do contexto social que interferem na diminuição geral dos inscritos nos vestibulares e, dentre eles, dos inscritos oriundos do ensino público. Como se percebe, com base nos dados da Fuvest mostrados na **Figura 2**, o número de inscritos no vestibular para os cursos da USP caiu de 152.927 em 2006, para 125.998 em 2007 e 123.476 em 2008. O número de inscritos oriundos do ensino público caiu de 68.998 em 2006, para 49.170 em 2007 e 43.249 em 2008. A diferença mais acentuada ocorreu de 2006 para 2007, quando houve uma queda de 28,74% nos inscritos oriundos do ensino público, enquanto que de 2007 a 2008 a queda foi de 12,04%.

Dentre as possíveis hipóteses para explicar a diminuição do número de candidatos no vestibular das universidades públicas paulistas, em especial os oriundos do ensino público, estão a criação de *campi* da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) em Guarulhos e Diadema, a criação da Universidade Federal do ABC (UFABC) e, principalmente, a corrida dos alunos de Ensino Médio público ao programa de bolsas para o ensino superior privado concedidas pelo governo federal (Prouni). A essas explicações soma-se a cultura de auto-exclusão dos estudantes do Ensino Médio público em relação aos vestibulares das mais concorridas universidades públicas.

“Graças à contribuição do Inclusp, houve aumento de 13,9% no número de negros que ingressaram na USP. Assim, ao centrar o foco das ações em alunos provenientes da rede pública, o Inclusp também contribuiu para a inclusão de alunos negros na USP”

Evidentemente, o aumento de ingressantes provenientes do ensino público, negros ou não, depende diretamente do número destes que se inscrevem no vestibular. Ainda assim, no contexto de queda no to-

tal de inscrições, houve na USP um aumento do número de ingressantes negros pobres, provenientes do ensino público, o que confirma a hipótese inicial de que, ao focar nos estudantes do Ensino Público, o Inclusp também possibilitou o ingresso de estudantes de baixa renda e negros (pretos ou pardos).

O perfil de renda familiar dos alunos Inclusp ingressantes em 2007 e 2008 mostra que 76,4% e 71% deles, respectivamente, possuem renda familiar mensal nas faixas mais baixas de renda (de R\$ 500 a R\$ 3.000 em 2007 ou até sete salários mínimos em 2008), tal como ocorreu em 2006. Tal fato revela que o Inclusp, ao centrar o foco de suas ações em alunos provenientes da rede pública de ensino, também contribuiu para a inclusão na USP de alunos com condições socioeconômicas menos favorecidas.

Os negros eram 23,97% dos inscritos em 2006, 20,79% em 2007 e 19,50% em 2008. Verifica-se, portanto, que a porcentagem de negros inscritos no vestibular diminuiu nos três últimos anos, representando 20% em média, enquanto que a porcentagem de negros no Estado de São Paulo é de 30,9% (IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2005).

Mesmo com essa redução, graças à contribuição do Inclusp, houve nesse período um aumento de 13,9% no número de negros que ingressaram na USP, resultando na elevação

de 1,1% da proporção de negros em relação ao total de ingressantes: de 1.227 (12,5%) negros ingressantes em 2006, passou-se a 1.344 (13,4%) em 2007 e 1.397 (13,7%) em 2008, o que corresponde a um aumento de 117 (9,5%) ingressantes negros em 2007 e de 53 em 2008 (3,9%).

O número absoluto de alunos negros que cursaram integralmente o Ensino Médio na rede pública de ensino e que ingressaram na USP em 2007 foi de 660, um aumento de 18,5% em comparação aos 557 do ano de 2006, que representavam 22,9% do total de ingressantes oriun-

inscreveram no vestibular é pobre (renda familiar mensal situada nos três primeiros estratos de renda do questionário socioeconômico — até R\$ 500; de R\$ 500 a R\$ 1.500; e de R\$ 1.500 a R\$ 3.000): 86,38% em 2005, 88,23% em 2006, 83,41% em 2007 e 86,16% (renda abaixo de 10 salários mínimos) em 2008.

Dos 1.397 estudantes negros que ingressaram na USP em 2008, 635 provêm do Ensino Médio público. Desses, 503 (79,2%) têm renda familiar inferior a sete salários mínimos, 413 (65,0%) concluíram o ensino médio regular em escolas estaduais e municipais e 144 (25,9%)

em escolas técnicas estaduais ou federais. Esses dados confirmam que, ao focar a escola pública, o Inclusp também promoveu a inclusão de negros de baixa renda.

Dados sobre o desempenho dos ingressantes em 2007 demonstram que as médias dos ingressantes Inclusp (6,3) ficaram ligeiramente acima da média da Universidade (6,2). Dos 118 cursos oferecidos na USP, a média dos ingressantes Inclusp foi igual à média geral em oito cursos³ ou superior em 54 cursos.⁴ Ou seja, em 64 dos 118 cursos da USP os ingressantes Inclusp tiveram média superior ou igual à média USP.

Esses resultados permitem afirmar que o objetivo do Inclusp de ampliar progressivamente os percentuais de estudantes egressos do Ensino Médio público na USP vem sendo atingido. O desempenho dos

**“Em 64
dos 118 cursos da USP os
ingressantes Inclusp tiveram média superior
ou igual à média USP. O desempenho dos ingressantes
de 2007 confirma que essa ampliação ocorreu sem
qualquer comprometimento do critério de mérito
acadêmico da Universidade”**

dos do ensino público, percentual inferior aos 24,6% e 23,4% de 2007 e 2008, respectivamente. É importante informar que, do total de alunos negros ingressantes na USP em 2007 e 2008, quase a metade (49,1% em 2007 e 45,5% em 2008) provêm do Ensino Médio público. Assim, o Inclusp, ao centrar o foco de suas ações durante o vestibular em alunos provenientes da rede pública de ensino, também contribuiu para a inclusão de alunos negros na USP.

No que se refere à renda, a grande maioria dos negros que se

ingressantes de 2007, por sua vez, confirma que essa ampliação ocorreu sem qualquer comprometimento do critério de mérito acadêmico da Universidade.

Os resultados alcançados pelo Inclusp nos anos de 2007 e 2008 mostram que foi atingido o objetivo de aumentar o ingresso na USP de estudantes provenientes do Ensino Médio público, interrompendo a tendência de queda que já se evidenciava desde 2006. Também se manteve o mérito acadêmico como legitimador desse acesso, como demonstra o desempenho acadêmico dos ingressantes de 2007.

A análise desses resultados evidenciou a necessidade de aprofundamento das medidas previstas pelo Programa, o que foi aprovado pelo Conselho de Graduação em sessão de 27 de março de 2008. Assim, a partir de 2009, além do bônus universal de 3%, o Sistema de Pontuação Acrescida passará a contar com um bônus qualificado pelo desempenho do estudante no Programa de Avaliação Seriada da USP (PAS-USP) e no Enem.

A Avaliação Seriada, tal como definida no Inclusp, tem como objetivo principal aproximar a Universidade das escolas públicas da rede estadual de ensino e estimular a participação dos estudantes dessas escolas no Vestibular da USP. Consiste de uma prova elaborada pela USP, a ser aplicada nas escolas que optarem por participar do Programa.

O desempenho dos estudantes que optarem por participar do PAS-

será aplicada aos estudantes do 3º ano do Ensino Médio regular e implementada progressivamente para as demais séries em 2010 e 2011.

O desempenho do estudante no Enem também traduzir-se-á em bônus adicional de até 6%, proporcional ao resultado obtido pelo estudante nessa prova. Essas proporções serão aplicadas ao Vestibular 2009, podendo sofrer modificações após a plena implementação do PAS-USP.

A aplicação do bônus universal de 3% e do bônus qualificado pelo desempenho do estudante no PAS-USP e no Enem resultará em um acréscimo de até 12% para candidatos ao Vestibular da USP provenientes de escolas públicas que demonstrem seu mérito acadêmico por meio da pontuação máxima nessas provas.

Essa diretriz geral de ampliação do bônus com qualificação que valoriza a Avaliação Seriada e o Enem, aprovada pelo Conselho de Graduação, será objeto de detalhamentos técnicos e operacionais pelo GT Vestibular, grupo de trabalho ligado à Pró-Reitoria de Graduação.

“O objetivo principal da Avaliação Seriada é aproximar a USP das escolas da rede pública e estimular os alunos desta a participarem do Vestibular. Consiste de prova elaborada pela USP, a ser aplicada nas escolas que optarem por participar da Avaliação”

USP traduzir-se-á em bônus adicional de até 3%, proporcional ao resultado obtido na prova. Essa ação será desenvolvida em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, com a qual a USP está finalizando tratativas. Nesse primeiro ano, com vistas ao vestibular de 2009, a prova

Notas

- 1 Aprovado no CO de maio de 2006 e elaborado por professores e alunos, de Unidades e grupos de pesquisa da USP e colaboradores externos: Selma Garrido Pimenta (FE); Maria Amélia de C. Oliveira (EE); Maria Isabel de Almeida (FE); Antônio Joaquim Severino (FE); Antonio Luis de Campos Mariani (EP); Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (FFLCH); Bernadete A. Gatti (Fundação Carlos Chagas); Bruno José S. de Melo, discente (EEFE); Elba Siqueira de Sá Barretto (FE); Flávia Schilling (FE); Franco Maria Lajolo (FCF); Glaucius Oliva (IFSC); João Baptista B. Pereira (FFLCH); José Cippola Neto (ICB); Lucimar Rosa Dias, doutoranda (FE); Maria Thereza Fraga Rocco (Fuvest); Mauro Bertotti (IQ); Milton de Arruda Martins (FM); Moacyr Domingos Novelli (FO); Oswaldo Baffa Filho (FFCLRP); Patrícia Junqueira Grandino (EACH); Quirino Augusto de C. Carmello (Esalq); Renato P. Morgado, discente (Esalq); Rosa Maria Fischer (FEA).
- 2 Diferentemente da Unicamp, que aplica bônus apenas nas provas da segunda fase.
- 3 Medicina, Odontologia, Direito, Ciências Econômicas, Filosofia, Ciências Econômicas, Arquitetura e Urbanismo, na capital, e Administração em Ribeirão Preto.
- 4 Alguns exemplos: na capital: Medicina Veterinária, Química, Matemática Aplicada e Computacional, Oceanografia, Geofísica, História. No interior: Medicina, Odontologia, Química, Farmácia (Ribeirão Preto); Engenharia (oito cursos), Ciências da Computação, Física (São Carlos); Esalq (quatro cursos); Engenharia de Alimentos (Pirassununga); Odontologia (Bauru).

VAMOS DAR MAIS COR

José Marcelino de Rezende Pinto

Professor do Departamento de Psicologia e Educação da FFCLRP-USP

jmrpinto@ffclrp.usp.br

Rubens Barbosa de Camargo

Professor do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da FE-USP

rubensbc@usp.br

“A função da educação é ensinar a pensar intensamente e criticamente. Inteligência mais caráter — este é o objetivo da verdadeira educação”

Martin Luther King (1929-1968)

O que os dados do país, de São Paulo e da USP indicam é que já vivemos quase que em um sistema de cotas: só que para brancos e para os segmentos mais ricos da população. Grande parte dos alunos oriundos dos extratos mais ricos ingressa nos cursos onde a concorrência é maior. Pode-se argüir que se trata apenas de uma exclusão econômica, mas o que os dados indicam é que há um claro viés étnico neste processo, que faz com que para um dado extrato socioeconômico os negros recebam menores salários e avancem menos na escolarização

E DIVERSIDADE À USP?



Antes de discutirmos as repercussões do In-clusp, e sugestões de políticas (mais) afirmativas para a USP, é necessária uma breve reflexão sobre aspectos do contexto social, educacional, étnico e racial do país e de São Paulo.

Embora já tenhamos saído do período ingênuo em que se dizia ser o Brasil um país sem precon-

ceito de raça ou de renda, é sempre bom refrescar a memória com indicadores concretos. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE de 2006, os negros (pretos e pardos) representavam 49,5% da população brasileira (e 28,3% da população de São Paulo), enquanto os brancos representavam 49,7% (70,5% em São Paulo) e índios e amarelos 0,8% (1,2% em São Pau-

lo). Contudo, a “distribuição” de fatores educacionais e sociais revela ampla desigualdade, pois dos cerca de 14,4 milhões de analfabetos com 15 anos ou mais existentes no Brasil em 2006 os negros representavam 69,4% do total. Com relação à taxa de analfabetismo (população de 15 anos ou mais), seja no país como um todo, seja em São Paulo, entre os negros ela é o dobro do índice apresentado pelos brancos.

Entre as pessoas com 15 anos ou mais, os dados da PNAD de 2005 revelam que os brancos têm uma média de 7,9 anos de estudo no Brasil; os negros, de 6,2. Na região Sudeste os números sobem para 8,3 e 6,6 respectivamente. Quando analisamos os anos de estudo sob o recorte de renda constatamos que o segmento dos 20% mais ricos da população de 15 anos ou mais apresentam em média 10,2 anos de estudo, enquanto os 20% mais pobres apresentam apenas uma média de 3,9 anos de estudo, valor que corresponde a menos da metade da escolaridade obrigatória instituída aqui em 1967 (e no Brasil a partir de 1971).

Quando se analisam indicadores de trabalho na região metropolitana de São Paulo encontra-se uma grande desvantagem da população negra (ainda maior entre as mulheres negras), que ocupa posições com menor percentual de trabalho com carteira assinada; apenas 1,9% deles encontram-se na condição de empregadores (enquanto os brancos atingem 5,3%); 12,7% encontram-se na condição de empregado doméstico (entre os brancos este percentual é de 5,9%). Quanto aos rendimentos da população ocupada agrupada por anos de estudo as disparidades são gritantes. Em 2005, enquanto na média geral do Brasil os negros recebiam R\$ 3,50 por hora, os brancos recebiam R\$ 6,50. Entre os que tinham até quatro anos de estudo os negros recebiam R\$ 2,30 por hora

e os brancos R\$ 3,20; entre os que tinham de 9 a 11 anos de estudo (equivalendo ao ensino médio incompleto) os brancos recebiam R\$ 5,40 e os negros R\$ 4,10; já entre aqueles com 12 anos de estudos ou mais (o que inclui a passagem pelo ensino superior), o valor era de R\$ 14,90 por hora para os brancos e de R\$ 10,70 para os negros.

E quando olhamos para nossa casa, a USP, que vemos? No exame da Fuvest de 2008, considerando o total das carreiras os negros representaram 19,7% dos inscritos e 12% dos aprovados. Se olharmos

**“No
vestibular 2008 da Fuvest 16%
dos candidatos à carreira de Medicina e Ciências
Médicas fizeram todo o ensino médio na rede pública
estadual, contudo entre os aprovados eles eram apenas
3,7%; 13,3% dos candidatos eram negros, mas
entre aprovados eram só 7,7%”**

a carreira de Medicina e Ciências Médicas esta proporção inscritos x aprovados é de 13,3% x 7,7%, enquanto na Pedagogia tem-se 37,6% dos inscritos para 15% dos chamados em primeira matrícula. Mais dramáticos são os dados da Fuvest quando vistos sob a ótica da escola freqüentada. Embora 43% dos alunos do ensino médio regular no Brasil estudem no período noturno (41% em São Paulo), eles respondem por 24,5% dos inscritos e por 7,2% dos aprovados. Dos inscritos na carreira de Medicina e Ciências

Médicas 16% fizeram todo o ensino médio na rede pública estadual (que concentrava, em 2006, 84% das matrículas no Estado de São Paulo); contudo, entre os aprovados este índice foi de apenas 3,7%.

Portanto, o que os dados do país, de São Paulo e da USP indicam é que, por trás de uma imagem que “valoriza somente o mérito”, já vivemos quase que em um sistema de cotas: só que para brancos e para os segmentos mais ricos da população. Pode-se argüir que se trata apenas de uma exclusão econômica, mas o que os dados indicam é que há um claro viés étnico neste processo que faz com que para um dado extrato socioeconômico os negros recebam menores salários e avancem menos na escolarização.

A questão que podemos colocar é: quais seriam os impactos de uma política de ação afirmativa na USP para a reversão deste profundo déficit social, educacional e econômico, que contemplates a escola pública e as questões étnico-raciais?

Vestibular mede capacidade?

O leitor pode argumentar que o caminho não seria adotar ações afirmativas, mas preparar melhor estas pessoas para o ingresso no ensino superior. O problema se mantém porque o estudante rico quase sempre terá uma preparação mais “adequada” que o seu colega pobre, mesmo quando este último tenha um maior potencial. Outro problema é que o vestibular é um péssimo meio

de aferir a capacidade de uma amostra de estudantes. No mundo inteiro, um dos poucos consensos existentes sobre os testes padronizados é que geralmente eles dão uma correlação extremamente positiva com o nível sócio-econômico. Não se apagam 500 anos de exclusão etno-racial e econômica de repente. Não é por outro motivo que a prestigiosa Universidade de Berkeley, na Califórnia, depois de retirar o sistema de cotas para negros em função de mudanças na legislação, reintroduziu em seu processo de seleção elementos que levam em conta a trajetória e o esforço educacional dos alunos e não apenas seu desempenho nos testes padronizados.

“Ora”, pode argüir um interlocutor, “se o problema é o vestibular, basta mudá-lo; introduzir cotas simplesmente fará com que alunos menos preparados em, por exemplo, português, matemática etc., entrem na universidade e isto não é bom”. De fato, nosso vestibular é muito ruim, não em função das pessoas que o elaboram, mas porque sua função é tão somente a de selecionar: uma prova de múltipla escolha ou escrita, feita em condições psicológicas pouco propícias, deixa de avaliar uma série de pontos que, pela própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são finalidades do Ensino Médio, por exemplo: capacidade de aprender, autonomia intelectual, pensamento crítico, articulação entre teoria

e prática (artigo 35). Um exame como o vestibular passa ao largo destas capacidades, cuja presença seria fundamental nos alunos que ingressam em nossa universidade. Grande parte das escolas de elite pouco se preocupa em seguir as determinações da LDB porque sabe que estes elementos não são considerados no vestibular, que é o que interessa para elas e seus usuários. Pior: quando se alcança um banco universitário dizem que “tudo” o que se aprendeu antes ou está “errado” ou “não serve para nada”.

Nunca é demais ressaltar o caráter

**“A Taxa
de Escolarização Bruta da
Educação Superior no Brasil era de 15%,
contra 48% na Argentina, 38% no Chile, 78%
na Coréia do Sul e 73% nos EUA. Além da baixa
oferta, 70% das matrículas são oferecidas
no setor privado”**

ter paliativo das ações afirmativas. O ingresso nas universidades públicas brasileiras apresenta tamanho filtro econômico e etno-racial em virtude basicamente da pequena oferta de vagas. A Taxa de Escolarização Bruta da Educação Superior no Brasil¹, em 2.000, era de 15%, contra 48% na Argentina, 38% no Chile, 78% na Coréia do Sul e 73% nos EUA. Além da baixa oferta, 70% das matrículas são oferecidas no setor privado, ao contrário dos países listados nos quais a oferta é majoritariamente pública. Em vir-

tude deste fato, segundo dados do Inep de 2002, a razão candidatos/vaga na rede pública era de 8,9, enquanto na rede privada havia 1,6 candidatos/vaga. Entendidas, contudo, como medidas de caráter transitório, as ações afirmativas cumprem sim um papel que não se pode desprezar no que se refere à democratização do acesso no curto prazo. Reportagens recentes indicam que na UnB o número de negros foi multiplicado por 5 a partir da introdução do regime de cotas².

Segundo estudo apresentado em 2008 pelo Observatório Latino-Americano de Políticas Educativas (OLPEd), ligado ao Fórum Latino-Americano de Políticas Educativas (Flape), das 224 instituições universitárias públicas no Brasil (87 federais, 75 estaduais e 62 municipais) consideradas no estudo havia 72 (32% do total) que promoviam algum tipo de ação afirmativa, seja por meio de cotas, seja por sistema de bonificação por pontos, ou ainda pela reserva de vagas. Havia 53 instituições públicas que implantaram alguma forma de ação afirmativa em termos etno-raciais: 31 com sistemas de cotas para negros, 3 com bonificação por pontos e uma com reserva de vagas para mulheres negras. Havia ainda 17 instituições com ações afirmativas somente para alunos oriundos da escola pública e uma que adotava sistema de cotas para alunos pobres (independentemente de terem cursado ou não a escola pública).

Como é de conhecimento de todos, o Inclusp adotou em 2007 e 2008 um sistema de bonificação por pontos (3% na primeira Fase da Fuvest), para alunos oriundos do Ensino Médio de escola pública e que realizam o Enem.

Efeitos das ações afirmativas

Começam a aparecer diferentes estudos sobre os impactos das políticas de ações afirmativas implantadas nas universidades públicas. Em diversas universidades tem-se percebido uma avaliação positiva destas medidas, inclusive no que se refere ao desempenho dos alunos ingressantes por meio de ações afirmativas. Os dados iniciais destes estudos

colocam em xeque a tese

de que os alunos con-

templados pelas

políticas afirmati-

vas fariam “cair a

qualidade” do en-

sino superior. No

caso da USP, que

adotou uma política

muito tímida de bonifica-

ção, os alunos ingressantes pelo

Inclusp apresentaram nota média de 6,3 em 2007, enquanto a média USP foi de 6,2; em 64 cursos da USP os ingressantes Inclusp tiveram nota média superior, ou igual à média USP.

Segundo estudo empreendido por Pedrosa, Dachs e Maia sobre o Programa Ação Afirmativa e Inclusão Social da Unicamp (Paais, que atribui 30 pontos a mais ao aluno oriundo da escola pública e mais 10 àqueles que se autodeclararem negros ou indígenas), logo no primeiro ano a participação dos ingressantes oriundos da escola pública passou de 29% para 34% do total³. Em Me-

dicina, o impacto foi maior: de 10% passou-se para 25%. A admissão de jovens de raça negra ou indígena passou de 11% para quase 16%.

De outro lado, ao analisar-se o desempenho dos alunos no período de 1994 a 1997 cuja origem era a escola pública, comparando o seu desempenho no vestibular com as médias de finais de curso, percebeu-se que o aluno de escola pública melhorava de posição no final do curso, em relação aos que vinham do ensino pago. Tal estudo inclusive justificou a quantidade de pontos para a medida do programa Paais. Os pesquisadores concluíram

*“Quem
tem medo das cotas na
universidade? Por que não pensarmos
em medidas de ingresso na USP que componham
proporções de egressos de escolas públicas (que tal
50%?) com a proporção negra (28%) do
Estado de São Paulo?”*

que os alunos do setor público e de camada socioeconômica menos favorecida tinham potencial acadêmico não desenvolvido, e quando colocados em condições de igualdade mostravam sua plena capacidade.

A questão de cotas não é assim tão ausente da realidade do ensino superior brasileiro quanto se busca apresentar. Em primeiro lugar, nunca é demais lembrar que os brancos tiveram acesso praticamente exclusivo por 70 anos (pelo menos) da história do ensino superior brasileiro, no período entre a criação das primeiras

faculdades de Direito e a abolição da escravidão. Em segundo lugar, até recentemente estava em vigor a “lei do boi”, que garantia a metade das vagas das escolas agrícolas para os filhos de proprietários (e não de trabalhadores) rurais. Um aspecto já citado, mas que cabe ser retomado: atualmente já vivemos em um sistema mascarado de cotas, no qual grande parte dos alunos oriundos dos extratos econômicos mais ricos ingressa nos cursos onde a concorrência é maior. Este sistema é mais perverso porque exclui de forma sutil, já que, sob a aparência de um sistema de regras iguais para todos, ele filtra os mais pobres e negros.

Como a ciência já demons-

trou de forma irrefutá-

vel que fatores como

inteligência, capa-

cidade de apren-

der, capacidade

reflexiva, criativi-

dade e outros não

estão relacionados

com o nível de ren-

da, podemos concluir que

muitas pessoas que possuem estas habilidades estão deixando de entrar na universidade simplesmente por serem pobres ou negros e estão sendo substituídas por outras com potencial aquém do seu, mas que ingressam na universidade por advirem de famílias que puderam prepará-las melhor para o vestibular.

Pois bem, mas qual então a vantagem da adoção na USP de um sistema de cotas⁴ para alunos originários da rede pública e para negros?

Em primeiro lugar, elas possuem uma função importantíssima de melhorar a escola pública (e estamos falando em cotas para alunos oriundos

destas escolas), pois muitos dos alunos mais motivados destas escolas acabam abandonando-as quando passam nos concursos de bolsas de estudo promovidos pelas escolas particulares — e vão ajudar a melhorar as estatísticas de desempenho destas últimas. Com as cotas estes alunos e seus pais ficariam na escola pública, ajudando a melhorá-la, pois, como mostram vários estudos sobre o “efeito dos pares” (*peer effect*), a presença de alunos mais motivados numa turma provoca uma melhoria geral no seu desempenho, em especial nos alunos de menor desempenho e com a vantagem de pouco afetar os primeiros. Ademais, haverá uma melhoria da universidade com o ingresso de alunos que não passaram a vida trancados em condomínios, ou que não freqüentaram escolas onde a regra básica é a lei do mercado, da competição e não a da cidadania; escolas onde o professor muitas vezes é visto e tratado por pais e alunos como um empregado seu e não como um educador. Embora a USP defenda a importância da diversidade no mundo natural e social, ela não pratica esta mesma diversidade em sua composição.

Em segundo lugar, sendo verdadeiros os efeitos detectados nos estudos citados — melhor desempenho acadêmico dos ingressantes oriundos das escolas públicas ou sistemas de cotas etno-raciais — por que não estimularmos ainda mais tais medidas? Por que não pensarmos em medidas

de ingresso na USP que componham proporções de ingressantes de escolas públicas (que tal 50%?) com a proporção negra (28%) do Estado de São Paulo? Por que não aplicar tal sistema por 10 anos e acompanhá-lo de modo sistemático, a cada ano, evidentemente acompanhado por política de apoio estudantil para evitar que fatores exclusivamente econômicos interfiram no processo de aprendizagem desses alunos? Tais medidas poderiam criar efeitos educacionais e sociais, interna e externamente à USP, tão significativos que certamente a maior parte da população paulista “sairia ganhando”, salvo escolas e cursinhos que orientam suas práticas educativas exclusivamente para obtenção de lucro.

Quanto às mudanças mais recentes propostas pela USP para 2009, que incluem uma avaliação seriada (PAS-USP) a ser feita pela USP nas escolas públicas estaduais, com bônus adicional de 3%, e um bônus de até 6% pelo desempenho do Enem, entendemos que atuam no sentido oposto ao desejado. Estudos sobre o Enem e sobre o sistema de avaliação seriada da UnB indicam que seu impacto é praticamente inócuo quanto à mudança do perfil do aluno que lá ingressa (o que é diferente do sistema de cotas). Ao invés de se envolver com mais exames que pouco avaliam, a USP poderia introduzir no seu vestibular mudanças que o tornassem mais condizente com as finalidades

definidas em lei para o ensino médio.

Precisamos abrir a universidade para uma “elite” de pobres e negros, elite porque também passarão por uma seleção altamente restritiva e com todos os problemas já aqui apontados, mas que com certeza vai trazer um tipo de qualidade da qual andamos carentes, que podemos definir, em resumo, como a qualidade de ser um brasileiro representativo do país; que vive, circula e estuda em lugares onde vive e estuda a maioria da população. Quantas vezes em visitas a escolas públicas de ensino médio ouvimos diretores e professores comentando sobre alunos extremamente talentosos, mas que terminarão ali sua trajetória escolar. Temos certeza de que a inteligência, o brilho intelectual e a criatividade destes alunos darão uma nova cara e uma qualidade, sem dúvida, superior à universidade pública brasileira e à USP, além de uma cor mais bonita...

“Sucede a princípio que um operário muito inteligente se vê obrigado a emudecer ante um erudito tonto, que lhe faz calar não por maior finura de espírito, da qual carece, mas por instrução, da qual o operário é privado e que o outro pôde receber, pois enquanto sua estupidez se desenvolvia cientificamente nas escolas, o trabalho do operário lhe vestia, lhe dava casa, o alimentava e lhe proporcionava tudo, os professores e os livros necessários a sua instrução.”

Mikhail Bakunin,
A Instrução Integral, ~ 1870

1 Que é razão entre a matrícula nos cursos superiores e a população na faixa etária correspondente (em geral, entre 18 e 24 anos).

2 *Folha de S. Paulo*, 18/05/08, p. C15

3 Conforme matéria publicada no *Diário Oficial do Estado* de 29/3/2008 (p.1).

4 Os autores não entendem as cotas como a única ação afirmativa possível, mas ressalta sua superioridade sobre o sistema de bonificação cujo efeito tende a ser reduzido nos cursos mais concorridos, nos quais a universidade mais ganharia com o ingresso com um perfil mais diversificado de alunos.

MEDIDA INÓCUA, ANTE A IMENSA DESIGUALDADE NO SISTEMA ESCOLAR

Eunice Durham
Professora da FFLCH-USP



Aumentar a pontuação dos egressos da escola pública não contribui para diminuir a imensa desigualdade educacional do país, porque não estamos ainda sequer conseguindo que as camadas mais pobres terminem o ensino fundamental plenamente alfabetizadas. É ilusório pensar que democratizaremos a educação incluindo alguns alunos a mais da classe média, que estudou no ensino médio das escolas públicas com notas regulares. Vale a pena sacrificar o critério do mérito para obter este resultado?

O vestibular tal como era tradicionalmente realizado nas universidades públicas apresentava muitas vantagens. Em primeiro lugar, tinha um cunho marcadamente universalista, não levando em consideração, como critério para ingresso, nem gênero, nem raça, nem renda familiar, tão somente o mérito acadêmico. Isto impedia o protecionismo tão comum na nossa sociedade. Filhos de senadores, de deputados, de grandes industriais, e mesmo de cientistas e professores da universidade podiam e eram reprovados, se não demonstrassem

uma boa escolarização anterior.

Em segundo lugar, e isto é pouco reconhecido, ele tinha a vantagem de zerar o desempenho anterior dos candidatos. As notas obtidas no ensino médio não eram levadas em consideração — apenas a conclusão do curso era exigida. Pode se considerar estranho que isto seja considerado vantagem, mas este processo permitia que os candidatos superassem deficiências de formação e fracassos durante seu processo de escolarização anterior, fazendo cursinhos ou estudando por conta própria. Talvez eu me engane, mas, na minha experiência, boa parte dos alunos mais intelligen-

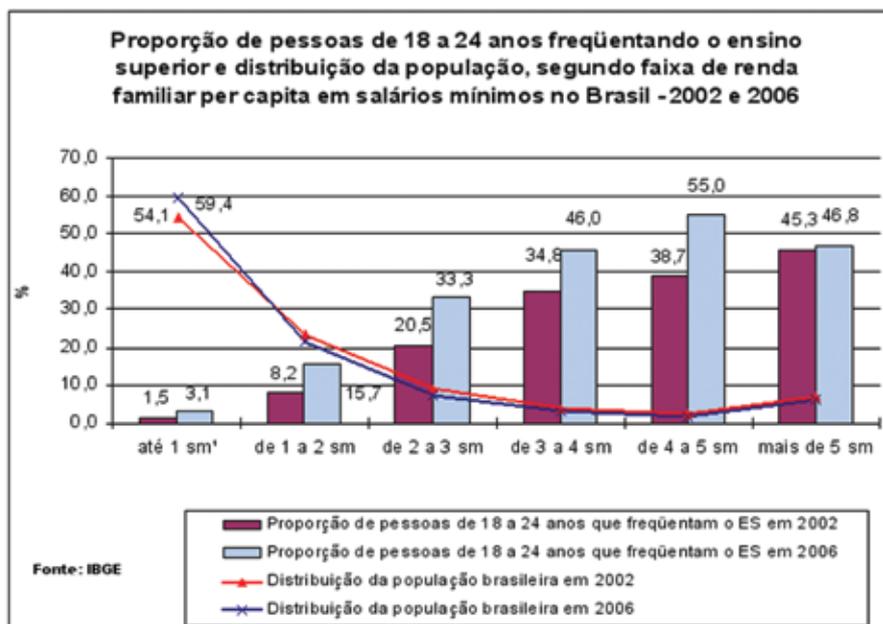
tes e criativos que conheci foram maus alunos no ensino médio. O ensino médio tal como é oferecido nas nossas escolas, especialmente, mas não só nas públicas, é desinteressante e desestimulante. E não só nas nossas: Einstein é um exemplo clássico de desempenho medíocre na escola secundária. Além do mais, a adolescência é um período muito tumultuado durante o qual a iniciação sexual, o sucesso esportivo e a popularidade no grupo de idade são muito mais importantes do que o sucesso escolar. Além disso, a cultura brasileira, ao contrário da oriental, não valoriza o sucesso nos estudos.

De fato, há um único momento, no Brasil, no qual o sucesso escolar e a dedicação ao estudo são estimulados e aplaudidos por familiares e amigos: é exatamente aquele que antecede e é ritualizado pela aprovação no vestibular. É em função do desejo de ingressar na universidade que muitos jovens, pela primeira vez na vida, se dedicam aos estudos e o sucesso no vestibular, pelo menos em parte, reflete este empenho, o qual constitui um elemento muito importante de preparação para o bom aproveitamento nos cursos universitários.

Em terceiro lugar, o vestibular, com a publicação de notas e do gabarito das provas, é uma instituição extremamente transparente. Por outro lado, é verdade que o vestibular favorece os estudantes que provêm de famílias mais escolarizadas. Este fator é mais favorável do que nível de renda, embora ambos estejam associados. Quando se analisa a distribuição de renda entre os ingressantes na universidade, verifica-se que a mediana se localiza nas faixas entre três e cinco salários mínimos *per capita*, e o percentual dos aprovados na faixa dos mais ricos é inferior dos pertencentes às classes médias.

A associação entre sucesso escolar, renda e nível de instrução dos pais é universal. No Brasil, entretanto, a excessiva desigualdade econômica e educacional que caracteriza nossa sociedade faz com que apenas uma minoria de jovens conte com as vantagens de uma tradição familiar de contato com uma cultura letrada, isto é, com o que Bourdieu denomina capital cultural.

Os jovens que não contam com essas vantagens, que precisam tra-



“O tipo de inclusão proposto pela USP não é mais do que uma gota d’água no oceano do ensino superior. As 3 universidades paulistas incluem só 9,5% dos matriculados no ensino superior em SP, metade deles na USP”

balhar enquanto estudam e já no ensino médio estão matriculados nos cursos noturnos, têm pouco tempo para estudar; além do mais, já trazem do ensino fundamental sérias dificuldades no domínio da leitura, da escrita, o que dificulta seu aprendizado. De fato, o enorme aumento do número de estudantes no ensino médio, em São Paulo, foi acompanhado de uma grande queda na qualidade de ensino. Os resultados da avaliação do ensino médio público, recentemente divulgados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, indicam uma média de

1,4 na escala de 1 a 10. Este resultado é alarmante porque significa que a imensa maioria dos jovens não tem condições de fazer um curso superior. É preciso não esquecer que não há bom ensino universitário se não houver bons estudantes e que o sucesso escolar nos níveis mais avançados depende de uma boa base anterior. É isto que justifica o ingresso por exames de desempenho.

O ensino superior privado, apesar da enorme desvantagem de ser pago, oferece muitas vantagens para esta população. Em primeiro lugar, não exige um bom nível de escolaridade

anterior. Com exceção de umas poucas instituições de elite, as instituições privadas aceitam praticamente todos os egressos do ensino médio que podem pagar. Em segundo lugar, concentram-se na oferta de cursos noturnos. Em terceiro lugar, os cursos são menos exigentes academicamente e não é necessária uma grande dedicação aos estudos. Finalmente, a amplitude da rede de estabelecimentos privados permite que os alunos frequentem cursos mais perto de suas residências ou de seu emprego, não sobrecarregando seu tempo com longos deslocamentos. A estratégia de boa parte dos alunos consiste em arrumar um emprego que pague mais do que custa a matrícula no ensino superior ou, inversamente, escolher uma instituição que cobre menos do que ele ganha. Assim mesmo, são poucos os que percorrem este caminho, porque a associação entre trabalho em tempo integral e estudo exige muito esforço e dedicação.

O ProUni atendeu bastante bem as características e necessidades desta população. Vale lembrar, entretanto, que tendo estabelecido critérios mínimos de desempenho escolar no Enem e limites máximos de renda *per capita*, teve grandes dificuldades em preencher a oferta de bolsas disponíveis porque não há número suficiente de pobres com bom desempenho escolar.

Considerando as vantagens do vestibular, pergunto-me se vale a pena alterá-lo.

Na questão custo-benefício, gostaria de lembrar que o tipo de inclusão proposto pela USP não é mais do que uma gota d'água no oceano do ensino superior. Afinal, as três universidades paulistas incluem apenas 9,5% dos alunos matriculados no ensino superior em São Paulo, metade dos quais na USP.

Se estabelecermos vantagens na pontuação do vestibular para candidatos provenientes de escolas públicas para dobrar o percentual de estudantes desta proveniência, não conseguiríamos maior adicional do que o equivalente a 1,5% do conjunto dos

***“Prefiro
e acho mais produtiva a
iniciativa da Unesp de criar cursos pré-
vestibulares gratuitos para alunos provenientes de
escolas públicas. No ano passado, atenderam 3.714
jovens, do quais 707 foram aprovados em
universidades públicas”***

alunos que hoje frequentam o ensino superior. E os demais, como ficam?

Medidas como esta, de aumentar a pontuação dos egressos da escola pública, não contribuem significativamente para diminuir a imensa desigualdade educacional do país, porque não estamos ainda sequer conseguindo que as camadas mais pobres terminem o ensino fundamental plenamente alfabetizadas. É ilusório pensar que democratizaremos a educação incluindo alguns alunos a mais da classe média, que estudou no ensino médio das esco-

las públicas com notas regulares.

Esta medida parece-me um tanto inócua, ante a imensa desigualdade no sistema escolar brasileiro. Vale a pena sacrificar o critério do mérito para obter este resultado? É como se estivéssemos tentando aplacar a nossa má consciência face à nossa omissão, face à desigualdade social e educacional.

Prefiro e acho mais produtiva a iniciativa da Unesp de criar cursos pré-vestibulares gratuitos para alunos provenientes de escolas públicas. No ano passado, foram 3.714 jovens, do quais 1.050 foram aprovados em concursos vestibulares, sendo 707 em universidades públicas. Os

que não ingressaram, certamente saíram com alguma coisa — uma formação melhor que a obtida no ensino médio público. Isto constitui hoje uma grande vantagem na disputa por posições no mercado de trabalho.

É verdade que uma iniciativa como esta daria muito mais trabalho e envolveria professores e alunos da universidade numa atuação direta com alunos das escolas públicas, em lugar de olhar o problema de longe. Envolveria também alguns recursos, mas poucos — cursos como estes poderiam ser montados com bons alunos da própria universidade, que receberiam bolsas para atuar sob a orientação dos excelentes professores que temos, como faz hoje a Escola Politécnica. Mas é, de fato, muito mais fácil introduzir pontuações adicionais.

DOUTORES, MAS PARA QUE?

José Chrispiniano
Jornalista

O crescimento acelerado do número de doutores, mais rápido do que a abertura de vagas para docentes em universidades, tem levado a uma competição intensa pelas vagas abertas em novos concursos e dificuldade de doutores em encontrar emprego. Mas ainda é pequeno diante da demanda de graduação e pós-graduação em instituições públicas. Doutores demais? Ou falta de planejamento e investimento para aproveitar pesquisadores qualificados?

Números da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes): em 2005, 43.800 alunos estavam matriculados em cursos de doutorado no Brasil. Números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep): no mesmo ano, havia 62.510 doutores em atividade como professores no sistema de ensino superior do país — que compreende instituições públicas e privadas. Deste total, 40.597 estavam no setor público.

Constata-se, portanto, que o número de pessoas cursando doutorado já correspondia a cerca de dois terços do total de doutores empregados no ensino superior do país, e já superava o total dos doutores que lecionavam nas instituições públicas. Em 2006 foram titulados 9.365 doutores. Em seis anos o Brasil se-

ria capaz de dobrar o número de doutores que lecionam e pesquisam nas universidades do país — mais desejado destino de emprego dos pós-graduados nacionais e a principal razão da criação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), fundada em 1951 não como coordenação, mas como “Campanha” justamente para ampliar e qualificar o sistema universitário brasileiro. Seria uma boa notícia a formação de tantos doutores no Brasil, se os investimentos finais na expansão da pesquisa e ensino, ou mesmo no setor privado, estivessem sendo capazes de absorver esta força produtiva altamente qualificada.

O professor Paulo Rizzo, que foi presidente do Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN) na gestão 2005-2008, entende que o problema não pode ser visto como excesso de pós-gra-

duados. “Na verdade, o número de doutores não é grande para as necessidades do país. Pode parecer grande para o que o mercado absorve, mas não é para o que o país precisa. Nós ainda somos um país com baixa formação universitária. Quem financia a pós-graduação é o Estado. Ele depois proclama que formou ‘x’ doutores, mas o doutor é usado para que? É um desperdício se ele é dispensado e não trabalha usando os conhecimentos dele”.

Após observar que faltam dados sobre a demanda de doutores, Marco Antonio Raupp, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), destaca a inexistência de empregos estáveis na área de pesquisa. “A maioria das vagas possíveis está em instituições públicas, que têm tido muita dificuldade de abrir concurso. Então tem se utilizado a bolsa de pós-doutorado e programas de pesquisa, como os da

Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), com a contratação temporária, por projeto, dos doutores”, afirma. “O setor privado emprega muito pouco, então os doutores acabam continuando como bolsistas. As empresas têm que ser estimuladas a ter programas de pesquisa e contratar doutores”, propõe. “E tem que haver um aumento dos programas governamentais em pesquisa, principalmente em novas áreas como na Amazônia, no Centro-Oeste e no Nordeste. Há um amplo potencial de desenvolvimento de atividades de pesquisa que poderiam empregar doutores de forma permanente.”

Professor no campus de Marília da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (Unesp), o cientista político e historiador Marcos Del Roio compara sua própria experiência de entrada na Unesp com a situação atual, para demonstrar a recente transformação na condição de emprego e natureza do doutorado. “Quando passei no concurso, era doutorando e havia só quatro inscritos. Eu concluí o doutorado em 1995, devo ter sido um dos 100 primeiros doutores em ciência política no país. Quantos existem agora? Há uma enxurrada, produzidos na USP, Iuperj, Unicamp etc.”

Para Del Roio, as mudanças ocorridas na pós-graduação nos anos 1990 agravaram o problema. “O perfil do doutor mudou. Há uma tendência de se formar um número muito grande em pouco tempo, em três, quatro anos. Isso significa que a qualidade das teses é inferior e as pessoas se formam mais novas. Isso foi feito para aumentar a quantidade de doutores para mostrar para as agências

internacionais, para fingir que cresceu a produção intelectual. O que posso dizer que, ao menos nas áreas onde atuo, ciências sociais e história, não aconteceu. Porque as obras até os anos 1980 eram mais marcantes e tinham maior interlocução social. Mudou o foco com trabalhos mais rápidos, em maior quantidade e de uma qualidade menor. Como o crescimento das universidades públicas é vegetativo e acontece em cima da exploração maior do corpo docente já existente, a disputa por vagas nos grandes centros aumentou.” Ele cita como exemplo a inscrição de 95 doutores em sociologia para um concurso



Paulo Rizzo

“Como o crescimento das universidades públicas é vegetativo e acontece em cima da exploração maior do corpo docente já existente, a disputa por vagas nos grandes centros aumentou. Os doutores não querem sair dos grandes centros”, conclui Del Roio, da Unesp

na Universidade Federal de São Paulo, no novo campi de Guarulhos.

O problema de “engarrafamento” de doutores ocorre principalmente nas grandes universidades, que têm os mais tradicionais programas de pós-graduação e a melhor estrutura para pesquisa. Principalmente em São Paulo, onde está quase metade dos doutorandos; onde além dos recursos federais há as verbas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp); e onde a expansão do corpo docente das universidades estaduais não ocorre no mesmo ritmo que o das universidades federais, cuja abertura de

concursos tem sido apontada como válvula de escape para a saturação do mercado de trabalho de novos doutores, ainda que disputada e insuficiente (**leia texto à p. 51**).

“O grau de competição por vagas nas públicas dá uma idéia de como uma porcentagem grande dos inscritos tem uma boa qualificação. Mas eles não querem sair dos grandes centros”, relata Del Roio, relatando que cinco vagas de história recém-abertas em Goiânia dificilmente atrairão doutores localizados em São Paulo. “Hoje eu diria para um jovem doutor se dirigir a áreas ‘de fronteira’ como o oeste do Paraná,

em estaduais como as de Londrina e Maringá, e a enxurrada de concursos das federais, já que as estaduais de São Paulo não abrem vagas”.

O professor Ronaldo Eustáquio de Souza, coordenador da pós-graduação do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG-USP), explica os possíveis destinos dos pesquisadores doutorados pelo programa: “Alguns conseguem no exterior, outros vão para instituições federais, por exemplo, para o Mato Grosso. O mercado em São Paulo é mais restrito, e fora há mais federais que se dispõem a absorver doutores da nossa área.

Mas nem todos querem ir. Também há absorção em algumas privadas, como a Universidade Cruzeiro do Sul (Unicsul) e a Universidade do Vale do Paraíba (Univap)”. A exigência dos

concursos tornou-se mais alta. Muitos só conseguem vaga hoje após o pós-doutorado. “Tem uma parte dos nossos doutores que passam pelo pós-doc, e normalmente a colocação deles no mercado se dá depois disso”.

O futuro incerto diante do cenário de crescentes dificuldades exerce pressão imensa na vida do pós-graduando. O número de bolsas disponíveis continua pequeno, havendo enorme número de mestrandos e doutorandos sem-bolsa. Os valores das bolsas ainda estão defasados, embora seu poder aquisitivo tenha



Allan Aroni

Daniel Garcia

Sem um planejamento da pós-graduação e ampliação do número de vagas e condições de pesquisa, ela vai se manter restrita e a ao mesmo tempo não se conseguirá que os formados trabalhem nas suas áreas. O pior problema é a falta de planejamento”, critica Allan Aroni, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Aroni acredita que muitas vezes a seleção de alunos e os motivos de desistência têm mais componentes sociais do que de competência acadêmica, pela dificuldade de realizar a pesquisa e docência como projeto de vida. “O filtro da pós-graduação

aparenta que há uma seleção dos melhores estudantes. Mas a verdade é que a maioria das pessoas tem competência. A questão não é essa, mas quem consegue se manter na condição de

estudante sem ter remuneração digna, ou se manter com uma mesada do pai. Às vezes, estudantes muito bons acabam abandonando porque não têm condições ou perspectivas. Acabam desistindo da carreira pelas dificuldades”. O medo de chegar a uma idade avançada sem vínculo empregatício afasta pessoas que gostariam de fazer o doutorado.

Nas áreas cuja pesquisa depende de mais equipamentos, a situação dos doutores que orbitam em torno dos principais laboratórios mas não estão empregados em universidades é bastante comum, como relata

“A expansão nas federais prioriza a graduação e pouca pesquisa. Então os doutores que estão em lugares distantes passam o tempo todo tentando ir para os grandes centros, porque não têm estímulo para a pesquisa”, diz Paulo Rizzo, do Andes-SN

crescido após os reajustes concedidos por CNPq, Capes e Fapesp. Não é tarefa simples completar um percurso de 10 anos ou mais sem vínculo empregatício, sem benefícios trabalhistas, em ambiente altamente competitivo e sem garantia de exercer depois disso a carreira acadêmica de ensino e pesquisa.

“Nós somos 120 mil pós-graduandos. Na graduação são 4,5 milhões. Então a pós-graduação é um funil muito grande. Ainda é muito restrita. Só pode fazer quem consegue postergar a entrada no mercado de trabalho ou quem tem bolsa.

Soraya Smaili, professora de farmacologia na Unifesp. “Eles trabalham em volta do laboratório, com bolsa de *pós-doc*, mas sem vínculo, esperando uma vaga. Preferem do que ocupar cargos abertos em outros Estados, como o Piauí, por exemplo. Quem sai, acaba dando um jeito de fazer pesquisa. Hoje, em comparação com a década de 1990, quando eu fazia doutorado, existem outros centros se desenvolvendo no país, no Nordeste e no Norte, com o direcionamento de verbas federais para a pesquisa onde a situação era mais precária. Mas o aumento de verbas não é suficiente”.

Apesar de as novas vagas estarem na maior parte no interior, ou em capitais distantes dos principais centros urbanos, Rizzo considera que o caminho inverso, das uni-

versidades mais distantes para os grandes centros, continua sendo o objetivo de muitos daqueles que passam nos concursos: “A expansão nas federais tem como prioridade o curso de graduação e pouca pesquisa. Então os doutores que estão em lugares distantes passam o tempo todo tentando ir para os grandes centros. Acontece isso em Tocantins, no Amapá... Porque eles não têm estímulo para a pesquisa. CNPq, Capes e Finep ainda estimulam o centro. A Unifesp tem mais condições de pesquisa das doenças tropicais do que as universidades

da Amazônia. Um potencial enorme de conhecimento brasileiro é prejudicado pelas desigualdades regionais.” Apesar de CNPq e Finep terem adotado fatores de compensação em muitos dos seus editais, a concorrência com os centros dotados de maior estrutura e tradição ainda é um obstáculo a uma descentralização da pesquisa.

Aroni adverte que o modelo de expansão das universidades federais traz novas preocupações: “Têm sido abertas vagas nas federais, mas o Reuni [Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais], do governo

são das federais não são vinculadas: podem desaparecer de um ano para o outro. A Unifesp partiu em poucos anos da estrutura da antiga Escola Paulista de Medicina para quatro novos *campi*: em Guarulhos, São Bernardo, Diadema e São José dos Campos. E recebeu um terreno do MEC para construir um outro em Osasco. Nenhum deles, ao que tudo indica, vocacionado para o tripé ensino (com qualidade), pesquisa e extensão.

Tanto Rizzo quanto Aroni acreditam que a questão da falta de verbas e das dificuldades em absorver os doutores indica a inexistência de

“A perspectiva privada é cruel. Os docentes ficam nas mãos dos proprietários, e em geral falta o mínimo de democracia”, sintetiza Soraya Smaili, da Unifesp. “Os padrões estão diminuindo o número de mestres e doutores e aumentando o número de horas-aula”, diz Luiz Barbagli, do Sinpro-SP

um projeto nacional por parte do poder público, que não sabe lidar com a rápida expansão de doutores, que ele mesmo estimula. “Precisaria haver uma política pública que de fato investisse na pro-

dução de conhecimento”, diz o presidente do Andes. “Falta um projeto de país que tenha necessidade de um plano de ciência e tecnologia. Não existe um projeto mais amplo que faz com que as pessoas possam trabalhar na especialidade em que elas se formaram na universidade”, completa Aroni.

federal, pretende aumentar o número de alunos por professor. Isso não é um problema hoje, mas pode vir a ser no futuro. A maneira como está acontecendo a expansão de vagas, sem melhorar as estruturas, está aumentando a pressão sobre as federais”. Para o presidente da ANPG, o governo está tentando lidar com a ampliação do ensino médio, e a conseqüente demanda para a ampliação da universidade pública, sem aumentar os recursos como deveria.

Soraya, da Unifesp, acrescenta uma outra complicação. Muitas das verbas que estão bancando a expan-

ção de conhecimento”, diz o presidente do Andes. “Falta um projeto de país que tenha necessidade de um plano de ciência e tecnologia. Não existe um projeto mais amplo que faz com que as pessoas possam trabalhar na especialidade em que elas se formaram na universidade”, completa Aroni.

Atualmente, para ser considerada uma universidade segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), uma instituição precisa ter apenas 30% de mestres ou doutores no seu corpo docente. Assim, é possível que uma instituição seja

Daniel Garcia



Marina Nóbrega

legalmente considerada uma universidade, para todos os fins, mesmo sem contar com um único doutor, enquanto os concursos de admissão nas instituições públicas, devido à concorrência, já exigem às vezes o título de pós-doutor. O tratamento generoso concedido pela LDB aos empresários do ensino, bem como fatores correlatos — a inexistência de estabilidade no emprego, inexistência de autonomia para pesquisar, foco exclusivo na docência (mas em regime de contratação por hora-aula e não integral) e pouco investimento em equipamento — fazem da maioria das instituições privadas uma opção de trabalho inóspita e precária, inclusive para os doutores. Pior: *especialmente* para os doutores.

Não há muita viabilidade para pesquisa nesse ambiente, opina Soraya. “A perspectiva privada é muito cruel, com sérios problemas, longe até de serem civilizados. Os docentes ficam nas mãos dos pro-

Número de cursos e alunos de doutorado no Brasil

	2003	2005
Cursos	986	1.097
Novos cursos	63	94
Alunos matriculados	40.213	43.800
Alunos titulados	8.094	10.261
Bolsas concedidas *	9.615	10.261
Investimento em bolsa	R\$ 116.689.032,97	R\$ 141.608.389,00

Fonte: Capes

Número de cursos e alunos de doutorado em São Paulo

	2003	2005
Cursos	413	440
Novos cursos	14	11
Alunos matriculados	20.140	20.348
Alunos titulados	4.489	4.800
Bolsas concedidas *	3.542	3.980
Investimento em bolsa	R\$ 40.925.422,79	R\$ 52.923.525,00

Fonte: Capes

Distribuição dos docentes do ensino superior por tipo de IES (2005)

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Privada	20.733	63.201	57.196	20.092	25
Pública	40.597	27.461	15.016	7.704	15
Total	61.330	90.662	72.212	27.796	40

Fonte: Inep

Distribuição dos titulados por região

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Centro-Oeste	3.761	7.448	7.887	2.270	9
Nordeste	8.414	14.267	13.294	4.354	5
Norte	1.750	4.104	4.904	1.262	2
Sudeste	32.919	39.907	30.570	15.253	20
Sul	11.774	20.568	13.899	4.150	4
Total	58.618	86.294	70.554	27.289	40

Fonte: Inep

Distribuição dos titulados por tipo de IES

	Doutorado	Mestrado	Especialização	Graduação	Notório saber
Centros universitários	4.347	14.607	10.820	3.567	3
Universidades	50.544	51.360	30.829	15.437	20
Faculdades	7.619	30.694	33.113	9.525	17
Total	62.510	96.661	74.762	28.529	40

prietários, não há autonomia de um corpo que defina a linha de pesquisa, e em geral falta o mínimo de democracia”, sintetiza. “No fim dos anos 1990 algumas universidades privadas até fixaram doutores e laboratórios, porque isso começou a contar pontos para ter cursos de pós-graduação e obter verbas da Capes e de pesquisa, principalmente da Fapesp. Mas agora elas estão demitindo em massa”.

Luiz Antonio Barbagli, presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP), relata a desvalorização, nos últimos dez anos, do título de doutor nas universidades privadas, referindo-se à distinção legal entre universidades, centros universitários e faculdades: “O número de profissionais subiu e as universidades conseguiram

reduzir o salário. As pessoas que conseguem a titulação às vezes não conseguem o aumento equivalente e até podem perder o emprego. Isso acontece há uns quatro anos. A idéia da lei era uma convergência das privadas para o conceito de universidade. Mas os padrões foram mudando o conceito e adotando cada vez mais o professor horista, a hora-aula. Estão diminuindo o número de mestres e doutores, criando novos planos de carreiras e aumentando o número de horas-aula.”

Como o nome indica, o professor horista recebe apenas pelo número de horas-aula concedidas. Em São

Paulo, segundo os dados do Sinpro, os valores da hora-aula variam de R\$ 87,98 na Fundação Getúlio Vargas até R\$ 13,38 na Universidade Paulista (Unip). A LDB exige que ao menos um terço dos docentes de uma universidade trabalhe em tempo integral. Só 37 das 86 universidades privadas do país cumprem esta exigência, de acordo com avaliação do próprio MEC. “Houve um erro de credenciamento dessas instituições como universidades. No governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o centro universitário, para educação sem pesquisa. Para creditar

“Muitos pós-graduandos reclamam que quando as particulares descobrem que eles têm doutorado, ou estão fazendo, os demitem. E as particulares têm força muito grande no Conselho Nacional de Educação e no MEC”, denuncia Allan Aroni, da ANPG

como universidade, tinha que ter exigido pesquisa. Creditadas ‘no escuro’, mesmo sem ter pesquisa, elas se acomodaram. E se você não tem doutor e regime integral, não tem pesquisa nem qualificação permanente. Tem em poucas, como nas PUC, no Mackenzie, na Fundação Getúlio Vargas, mas são instituições antigas.”

Mas se muitas privadas não têm intenção de fazer pesquisa, ou de assumir os custos das exigências da LDB, porque querem tanto ser ou se manter universidades? Porque as universidades têm autonomia para emitir diplomas, criar *campus* (no caso, “filiais” seria a denominação

adequada) e criar cursos. Como diversas empresas do setor estão abrindo seu capital na Bolsa de Valores e buscam ganhos de escala, ser universidade é um diferencial “de mercado”. Até hoje, o MEC nunca retirou de instituição alguma o status de universidade.

Tal situação de absoluto descontrole das práticas dessas instituições privadas criou um paradoxo bem brasileiro: docentes que nelas trabalham cursam doutorado em outras instituições às escondidas dos empregadores, e correm o risco de serem demitidos assim

que obtiverem a titulação. É a instituição privada atacando a qualificação, desmoralizando os esforços da Capes. “Muitos pós-graduandos reclamam que quando as particulares des-

cobrem que eles têm doutorado, ou estão fazendo, os demitem. E as particulares têm força muito grande no Conselho Nacional de Educação e no MEC”, denuncia Aroni. “Alguns professores chegam a esconder o doutoramento”, confirma o professor Diorge Konrad, presidente da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal de Santa Maria.

Um projeto de lei do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) propõe uma alteração na LDB para considerar uma instituição universidade apenas se tiver um mínimo de 25% do seu corpo docente formado

por doutores (e 50% de doutores ou mestres). Nas universidades (públicas e privadas), que deveriam fazer ensino, pesquisa e extensão, os doutores constituem, pelos dados de 2005, apenas 34% do corpo docente, sendo que o setor público responde por 27,2 pontos percentuais e o privado por 6,8 pontos percentuais. Na justificativa do projeto, Virgílio aponta que, em 1996, “mesmo algumas universidades públicas, federais inclusive, poderiam ter dificuldades em recrutar um terço de seus docentes com titulação adequada ao magistério superior”, mas que atualmente “existem mestres e doutores em profusão, a tal ponto que algumas universidades se dão a prerrogativa de abrir concursos de ingresso somente para portadores de diplomas de doutorado”. Ademais, acrescenta, “a forma como foi redigido o artigo 52 dá a oportunidade para que se credenciem universidades sem um único doutor, o que parece um absurdo, na perspectiva da obrigatoriedade de tais instituições construírem novos conhecimentos e fazerem avançar a ciência.”

Mesmo que seja alterada a LDB para que se estabeleça um mínimo de doutores nas instituições privadas, os contratos horistas, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a falta de autonomia e apoio de longo prazo dificultam a existência de um ambiente acadêmico propício para aproveitar os doutores formados no país.

No fim dos anos 1990, o casal de pesquisadores Marina e Francisco Nóbrega deixou o Instituto de Biociências da USP para instalar um núcleo de pós-graduação de ponta na

SILÊNCIO DA CAPES

A assessoria de imprensa da Capes foi contatada repetidas vezes entre 25 de abril e 25 de junho, para que providenciasse uma troca de pontos de vista entre o repórter e diretores da coordenação, ou ao menos respondesse a perguntas enviadas por e-mail em junho, sobre a escassez de empregos qualificados para os doutores formados no Brasil, e possíveis soluções e medidas para resolver o problema. Contudo, até o fechamento desta edição a Capes não se manifestou.

Univap, em São José dos Campos. Transferiram para lá seu laboratório, montaram um programa de ciências biológicas e trabalharam com pesquisas na Univap entre 1998 e 2007. “Teve equipes enormes para pesquisar o genoma de câncer. Um sistema de pesquisa competitivo e bastante estimulante, dentro da rede coordenada pela Fapesp. A gente veio tentar implantar a pesquisa em uma universidade privada, que em teoria é uma fundação filantrópica”, recorda Marina. “Nós servimos de grife dentro da Univap por muitos anos. Havia um diferencial de tratamento entre o resto do corpo docente e nós. Estávamos tão envolvidos que nem percebíamos essa diferença. A gente tentou deslocar nosso laboratório ao perceber como eles lidam com os doutores. Nós queríamos sair desse domínio privado para o público, para não deixar esse patrimônio de equipamentos e pesquisa nas mãos do dono/reitor da Univap.”

Não houve tempo para isso. Em 2007, Marina e a maior parte da sua equipe foram demitidas durante a hora do almoço. Desde então, ela está impedida até mesmo de

recuperar suas anotações no laboratório. Financiado pela Fapesp, o equipamento de pesquisa está agora de posse da Univap. “Eles usam o academicismo para pegar recursos da Fapesp, da Finep, mas o professor é contratado pela CLT, esquema de ‘peão’, e eles usam o mesmo procedimento de qualquer empresa para tirar o máximo de lucro. Não respeitam a formação dos doutores, que dão cursos que não têm nada a ver com suas áreas”. Desse modo, uma professora com pós-doutorado em filogenia foi colocada para dar aulas de método científico para alunos de Direito. “Hoje esta menina está trabalhando nos Estados Unidos”.

Ao recordar sua própria experiência de pós-doutorado no exterior, Soraya lembra que, no final da sua pesquisa, foi convidada para ficar na Europa. “Eu fui com vínculo, voltei e apliquei em pesquisa e ensino. Esse é o cenário ideal. Mas se eu fosse para o exterior sem vínculo, e recebesse um convite para ficar, sem ter uma garantia de emprego no Brasil, talvez não tivesse voltado. E isso deve acontecer ainda mais hoje”.

NO SUL, MAIS VAGAS NAS FEDERAIS (E CORTES NO SETOR PRIVADO)

Daniel Cassol
Jornalista

As universidades federais do Rio Grande do Sul e Santa Catarina têm comemorado o aumento no número de vagas para professores doutores, contratados em grande parte sob regime de dedicação exclusiva. Na outra face da moeda, porém, verificam-se maior carga de trabalho e pressões pela produtividade. Enquanto isso, as instituições particulares de ensino superior operam no mínimo exigido por lei.

“A maioria dos editais de cursos exige titulação de doutor”,

diz o professor William Schoenau, presidente da Comissão Permanente de Pessoal Docente da Universidade Federal de Santa Maria (CPPD-UFSM). “O sistema federal sofre uma expansão. A contratação é real”, concorda o presidente da Associação dos Docentes da UFRGS (Adufrgs), Eduardo Rolim.

Dados de 2006 do MEC revelam a presença de 2.928 professores com doutorado nas instituições federais de ensino superior no Rio Grande do Sul. Nas particulares, o

número é de 2.834 docentes com titulação de doutor no mesmo ano. Atualmente, a UFRGS conta com 1.696 doutores, sendo 1.659 em Regime Jurídico Único e 37 substitutos. No ano passado, 85 novos professores doutores ingressaram na instituição.

Já a UFSM, em 2007, chegou à marca de 758 professores doutores. Em 2005, havia 600 doutores na instituição, número que passou a 690 em 2006. Schoenau acrescenta que em 2007 foram nomeados 22 professores adjuntos, com dou-

torado, e 13 professores assistentes, com mestrado. “A diferença de números de doutores não se deve apenas à contratação de novos docentes, mas também à capacitação dos docentes já existentes na UFSM”, explica. O professor também destaca a abertura de editais para a contratação de professores nas duas novas instituições gaúchas que contam com a participação da UFSM na administração: o Centro de Educação Superior Norte do Rio Grande do Sul (Cesnors) e a Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Porém, para o presidente da Seção Sindical dos Docentes da UFSM (Sedufsm), Diorge Konrad, o crescimento no quadro da universidade vem sendo acompanhado de aumento da carga horária de trabalho. “O au-

mento do trabalho é sensível. Há mais carga horária em sala de aula e projetos de extensão”, aponta. Konrad critica uma situação que atinge as universidades federais em geral e a UFSM em particular: a busca por maior remuneração leva professores e departamentos a captarem recursos na iniciativa privada.

“O arrocho salarial gerou esta saída individual”, diz o professor da UFSM. “O grave é a lógica privada para encontrar canais de trazer o setor privado. Isso pode até abrir para ilícitos”. Duas fundações ditas “de apoio” à institui-

ção, Fundae e Fatec, estão envolvidas num esquema que desviou mais de R\$ 40 milhões do Departamento Estadual de Trânsito, segundo a Polícia Federal e o Ministério Público Federal, e um ex-reitor chegou a ser preso.

O presidente da Associação dos Docentes da UFRGS, Eduardo Rolim, lembra que é preciso ampliar os recursos para pesquisa: “Ainda que haja uma expansão, o recurso é muito concentrado”. Em relação à carga horária de professores doutores em sala de aula, ele avalia como positiva a distribuição feita pela instituição, que garante oito horas de sala de

“Há um excesso de exigências e uma carência de opções. Há muitas evidências de pessoas ficando doentes. O organismo está dizendo que algo não está bem”, declara o professor Lucídio Bianchetti, da UFSC

aula para os professores, na graduação e na pós-graduação. “A UFRGS cumpre bem o seu papel de pesquisa, graduação e extensão”, conclui.

Para além da discussão sobre vagas no mercado de trabalho para doutores, o professor Lucídio Bianchetti, do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tem um outro ponto de vista: “Há um excesso de exigências e uma carência de opções. Isto está levando os pesquisadores à exaustão”. A conclusão não vem apenas dos estudos que desen-

volve, mas da observação do que acontece com colegas: “Há muitas evidências de pessoas ficando doentes. O organismo, como mensageiro, está dizendo que algo não está bem”.

Para Bianchetti, trata-se de um processo que tem origem na década de 1960, nos Estados Unidos, totalmente assimilado no Brasil nos dias de hoje, e gera um clima de concorrência entre instituições e profissionais. Outro problema, na sua opinião, é que a ampliação de vagas nos programas de pós-graduação não vem sendo acompanhada de oferta de trabalho para os novos doutores que a cada ano se formam. A entrada nos programas de mestrado e doutorado acaba adquirindo *status* de emprego para boa parte dos estudantes

que não conseguem colocação no mercado. De qualquer modo, em 2007 a UFSC contava com 1.313 professores doutores, enquanto em 2006 o número era de 1.248.

O período de ampliação do mercado de trabalho para doutores nas universidades privadas do Rio Grande do Sul terminou quando perceberam que não se concretizou a expectativa de aumento do número de estudantes de graduação. “Houve um período de bons investimentos, mas vivemos uma reversão desse processo”, afirma Amarildo Cenci, diretor do Sindicato dos Professores do ensino pri-

vado (Sinpro-RS). Sem alcançar os resultados esperados, as particulares passaram a demitir professores com doutorado e aumentar a carga horária dos demais.

“A Unisinos demitiu um contingente significativo de doutores, para enxugar a folha de pagamento. Ocorreu o mesmo com a Ulbra”, diz Cenci, referindo-se a duas grandes instituições privadas gaúchas: a Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a Universidade Luterana do Brasil. A maior parte das demissões ocorreu em 2007.

“O objetivo tem sido cortar custos”, resume Ecléia Conforto, economista da Federação dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul (Fetee-Sul). O ajuste maior vem ocorrendo na carga horária dos doutores.

“Aconteceu uma redução do número de professores horistas em sala de aula e um aumento na carga horária do professor doutor”, diz. Além do aumento na carga horária em sala de aula, as instituições têm aumentando o número de alunos por professor. “Há relatos de turmas com até 200 alunos”, conta Ecléia.

Ela afirma que as universidades particulares gaúchas têm procurado operar no limite da exigência do Ministério da Educação, de um terço de professores mestres e doutores no corpo docente. A PUC-RS conta com 1.565 profes-

sores, sendo que 653 são mestres e 672 doutores. A Unisinos tem 329 doutores em seu quadro (321 professores e oito funcionários). De acordo com o Sinpro-RS, um doutor adjunto em regime de 40 horas semanais recebe em torno de R\$ 6 mil mensais, enquanto o vencimento de professores titulares, há mais tempo nas instituições, pode chegar a R\$ 10 mil.

Uma característica do Rio Grande do Sul é a presença de universidades comunitárias, localizadas em cidades importantes do interior como Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul. Mesmo neste setor o mercado de traba-

estudantes das classes C e D em busca de qualificação. “A tendência é que a população entre num curso superior. Vai haver um aumento da demanda”, pondera a economista da Fetee-Sul, admitindo no entanto que não haverá retorno a uma situação de plena procura. Para ela, o futuro do ensino superior privado no Rio Grande do Sul é “incerto”, pois estaria vivendo processo semelhante ao ocorrido em São Paulo, em relação à proliferação de instituições empresariais, voltadas exclusivamente para a obtenção de lucro. “Aos poucos, percebemos a entrada do conceito de efici-

ência na educação”, constata. Em apenas dez anos, entre 1996 e 2006, o número de instituições privadas no Estado pulou de 27 para 92.

Na Universi-

dade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) a situação é ainda pior. Criada em 2001, a instituição passa pelo seu terceiro governo e vive um momento de crise. Com estrutura precária, salários congelados e sem novos concursos para professores, a “saída” para os professores têm sido mesmo... sair da instituição. “Muitos doutores estão fazendo concurso fora do Estado, nas federais ou mesmo na iniciativa privada”, diz Amarildo Cenci. A maioria dos 90 docentes da instituição tem doutorado. O salário médio, de R\$ 4 mil, é o mesmo desde a fundação da UERGS.

No RS, em apenas 10 anos (1996-2006) o número de instituições privadas pulou de 27 para 92. Mas houve uma redução do número de professores horistas em sala de aula e um aumento na carga horária do professor doutor. Há relatos de turmas com 200 alunos

lho tem se tornado cada vez mais restrito. Com problemas políticos e administrativos, algumas destas instituições vivem profunda crise. É o que vem ocorrendo na Universidade Regional da Campanha (Urcamp), que atende a chamada Metade Sul do Estado, e na Universidade de Cruz Alta (Unicruz), que chegou a sofrer intervenção do Ministério Público e afastamento do reitor, em 2005.

Ecléia prevê um período de recuperação do setor privado, em vista do crescimento econômico do país, que está levando às universidades um número maior de

PÓS-GRADUAÇÃO: ESTAMOS NO CAMINHO CERTO?

Fabio Bessa Lima e José Cipolla Neto
Professores do Instituto de Ciências Biomédicas da USP

O vertiginoso crescimento da pós-graduação no Brasil teve como resultado um crescimento animador na produção acadêmica nacional, que atinge hoje cerca de 1,5% da publicação científica mundial, sendo motivo de grande orgulho. Mas esses indicadores escondem uma realidade preocupante no que diz respeito ao destino dos nossos pós-graduandos. Que mercado de trabalho os aguarda? Se, por um lado, a pós-graduação tem sido cada vez mais rigorosamente avaliada pela Capes, por outro lado os profissionais gerados por essa política não encontram trabalho

A pós-graduação alcançou nos últimos anos enormes proporções, com números que impressionam dada sua dimensão, e que podem ser facilmente constatados em consultas no *site* da Capes. Paralelamente, um crescimento vertiginoso e animador na produção acadêmica, atingindo cerca de 1,5% da publicação científica mundial, é motivo de grande orgulho para nós. Toda essa impressionante atividade é atribuída ao vertiginoso crescimento da pós-graduação no país. Os números exibidos, contudo, não revelam uma realidade subjacente com respeito ao destino dos nossos pós-graduandos. Qual o mercado

de trabalho que os aguarda? Estaria essa animadora efervescência acadêmica adequadamente dimensionada às realidades do país?

Um aspecto importante a se considerar é que o crescimento da produção acadêmica, acompanhado da formação de um quadro crescente de mestres e doutores, foi seguido pela frenética criação de escolas particulares de nível superior com a intenção de ampliar o número de vagas nas universidades brasileiras. Deve-se entender que este movimento, a princípio, procurou cumprir a meta de facilitar o acesso de camadas cada vez maiores da população a uma educação superior. Assim, o aumento da formação de mestres e doutores viria

a preencher esse quadro crescente de demanda por professores de maior qualificação para a tarefa de oferecer ensino e pesquisa de maior e melhor qualidade.

No entanto, a oferta de mão-de-obra crescente e de qualidade criou um problema sério e perturbador para o mercado docente nas universidades particulares: o seu alto custo. Juntamente a isto, outro problema se somou: as universidades particulares, em sua imensa maioria e por diversas razões (justificáveis ou não), não têm interesse em realizar outra atividade além do ensino. Não incentivam os seus acadêmicos a buscar auxílio financeiro para o desenvolvimento de projetos acadêmicos de pesquisa e

nem buscam assegurar condições de infra-estrutura mínima para que o trabalho acadêmico de pesquisa possa se realizar. Desta forma, seguiu-se rapidamente um sucateamento da mão-de-obra acadêmica. Já que não havia interesse na pesquisa e era necessária a contratação de professores quase que exclusivamente para o ensino, a opção mais econômica (e mais lucrativa) foi a de contratar pessoal apenas para dar aulas e para cumprir meramente um programa de ensino mínimo de acordo com as diretrizes do MEC.

É fácil se deduzir daí que o mercado de trabalho, em princípio, promissor, foi completamente desvirtuado. Se, por um lado, a Pós-Graduação, seja em nível nacional ou regional, tem sido cada vez mais rigorosamente avaliada, ampliando-se os critérios para que um dado

curso ganhe a chancela de qualidade emitida pela Capes, por outro lado os profissionais gerados pela política da pós-graduação não encontram um mercado voltado para o seu real aproveitamento, gerando desânimo e incerteza nos pós-graduandos quanto ao seu destino profissional.

As instituições de nível superior públicas têm uma grande limitação quanto à tarefa de criar condições de aproveitamento dos profissionais gerados pelos cursos de pós-graduação. Novamente, o alto custo desses profissionais, bem como da infra-estrutura (laboratórios, bibliotecas, equi-

pamentos) para a execução das suas pesquisas é um aspecto fundamental do problema. Agências de fomento governamentais nem sempre estão capacitadas ou têm condições orçamentárias para enfrentar os custos da crescente demanda para a pesquisa. Ao mesmo tempo, não surgem agências de fundo privado para disputar a demanda por pesquisa científica. Seja a pesquisa dita básica, seja a aplicada.

Nos países desenvolvidos, o aproveitamento da mão-de-obra especializada gerada pelos cursos de pós-graduação se dá na esfera privada, compreendida pela indústria, empresas de prestação de serviços e outras. Em

zem são empresas multinacionais com sede fora do nosso território.

Estes são aspectos que requerem uma atuação mais atenta de políticas públicas voltadas para a pós-graduação. Não cremos que seja acertado descaracterizar ou reduzir o grau de rigor na avaliação dos cursos de pós-graduação, uma vez que essa política de avaliação, independentemente dos ajustes que precisam ser feitos, tem sido indutora da melhoria da qualidade dos cursos. É necessária uma política pública que preserve a valorização dos mestres e doutores, incentivando o seu aproveitamento em instituições superiores de ensino

e pesquisa e garantindo o aprimoramento da infra-estrutura; e exigindo, por sua vez, o maior engajamento dos recém-doutores na tarefa de geração do conhecimento.

Um grande esforço precisa ser implementado no sentido de cobrar maior envolvimento e participação das universidades particulares, ao lado de igual esforço para a melhoria das públicas. Isto irá exigir uma postura governamental mais vigilante e mais intensamente fiscalizadora da qualidade e das finalidades dos cursos superiores. Esse tipo de movimento começa a se esboçar em um ou outro curso (como o que ocorreu recentemente com alguns cursos de direito e escolas médicas) e, uma vez intensificada esta atuação, as expectativas são promissoras.

Grande esforço precisa ser implementado no sentido de cobrar maior envolvimento e participação das universidades particulares e melhoria das públicas. Isto irá exigir uma postura governamental mais vigilante e mais intensamente fiscalizadora da qualidade e das finalidades dos cursos superiores

nações que há pouco estavam em um patamar de desenvolvimento similar ao nosso, como a Coréia do Sul, ocorreu um grande salto de crescimento com a criação e o aproveitamento de tecnólogos na indústria. Essa fatia de mercado tem sido capaz de absorver 80% da mão-de-obra gerada pelos cursos de pós-graduação nestes países. Seria este um caminho para os nossos pós-graduandos? Neste aspecto particular, estamos ainda em uma fase embrionária. Poucas são em nosso meio as indústrias interessadas em absorver pessoal com formação e capacitação tecnológica. Ainda assim, as que o fa-

PRODUÇÃO DE DOUTORES NA ÁREA DE HUMANIDADES: EXCESSO OU MÁ DISTRIBUIÇÃO?

Ana Paula Hey

Professora da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp)

Afrânio Mendes Catani

Professor da Faculdade de Educação da USP

Para entender o grande aumento na formação de doutores no país, deve-se considerar que inexistente correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, reguladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. O aumento dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos vão elevar o patamar dos atuais 3.000 doutores/ano em humanidades. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar na distribuição (regional) destes titulados para fortalecer as instituições e elevar a cultura científica em todo o território nacional

A Capes classifica o conhecimento em nove grandes áreas (Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Exatas e da Terra; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Engenharias; Linguística, Letras e Artes; e Multidisciplinar), cada uma com vários campos disciplinares correspondentes. Neste artigo abordaremos a produção de doutores em humani-

dades que, em nossa classificação, englobaria as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes.

Nos anos 1970, quando a pós-graduação no Brasil começa a se institucionalizar, o cerne da formação estava na titulação de mestres e doutores para o fortalecimento do sistema universitário e das funções de Estado. Para a consolidação de um sistema de formação de acadêmicos e de pesquisadores observa-se a criação de

um aparato institucional garantido pelo Estado brasileiro, ao lado de uma política nacional de formação de cientistas no país e no exterior e da constituição de centros de pesquisa nacionais. Nesse sentido destacam-se a Capes, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). As duas primeiras ficam responsáveis pela formação e aperfeiçoamento de docentes do ensino superior e pela

política na área, sendo a última mais voltada ao financiamento das áreas tecnológicas. Em São Paulo, financiada pelo governo do Estado, há a Fapesp, instituída em 1962.

No Brasil há cerca de 316 mil professores universitários, dos quais 70 mil são doutores e 115 mil mestres. Destes doutores, 56 mil vinculam-se ao modelo institucional de universidade, estando 42 mil nas públicas. Tais dados indicam que existe grande contingente de professores que ainda não são doutores vinculados às instituições de educação superior (IES) em seus diferentes formatos institucionais (universidades, centros universitários, faculdades etc.). Deve-se considerar que na área de Ciências Humanas, que abarca Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Educação, Filosofia, Geografia, História, Psicologia, Relações Internacionais, Sociologia, Teologia, a realização do curso de doutorado direcionava seu portador à carreira docente e à realização de pesquisa acadêmica, em instituições públicas (principalmente) e privadas, através do ingresso por concurso. Ou seja, a formação esteve voltada à reprodução de quadros. Isso ocorria também em vários segmentos da área de Ciências Sociais Aplicadas (carreiras de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Economia, Serviço Social, Turismo, Arquitetura e Urbanismo, Biblioteconomia, Ciência da Informação, Comunicação, Demografia e Planejamento Urbano e Regional) e na de Linguística, Letras, Artes e Música.

A partir dos anos 1990 é visível grande mudança nas taxas de formação de doutores em todas as áreas do conhecimento: de 1998 a 2006

Número de doutorandos no Brasil – 1998-2006

Área	Ciências Humanas	Ciências Sociais Aplicadas	Linguística	Total de Humanidades	Total de todas as áreas	% Humanidades em relação ao total
1998	653	281	167	1101	3949	27,88
1999	755	336	226	1317	4853	27,13
2000	892	441	257	1590	5335	29,80
2001	1025	478	322	1825	6040	30,21
2002	1139	613	393	2145	6894	31,11
2003	1286	736	415	2437	8094	30,10
2004	1329	755	452	2536	8112	31,27
2005	1495	813	496	2804	8989	31,19
2006	1503	890	617	3010	9365	32,14
Total no período				18.765	61.631	

Fonte: CAPES

houve aumento de 237% (de 3.949 para 9.365) de novos titulados, enquanto em humanidades o incremento foi de 273% (de 1.101 para 3.010). Em números relativos, tem-se o aumento gradativo (pouco mais de 4%) dessa última área em relação ao total de titulados, o que indicaria a paridade de quase 1/3 de titulados em nível de doutorado nesse domínio em relação aos demais.

Nas décadas de 1970 e 1980, e em boa parte dos anos 1990, a carreira docente nas universidades públicas do Estado de São Paulo estruturava-se em seis níveis, dos **auxiliares de ensino** (matriculados em programa de pós-graduação em nível de mestrado) ao cargo de **professor titular**, obtido em concurso público de provas e títulos, representando o ápice de trajetória exitosa em um campo de conhecimento. No meio da carreira estava o cargo de **professor**

assistente-doutor. Para ocupá-lo, era necessário ter concluído e defendido tese de doutorado. Em Humanidades, por exemplo, eram raros os casos inferiores a oito ou dez anos para possuir o título de *doutor* — hoje, com a carreira docente modificada, é o degrau inicial; todos os concursos exigem dos candidatos a posse desse título. O *Anuário Estatístico da USP 2007* é significativo a respeito: dos 5.358 professores da instituição em 2006, 4.368 enquadravam-se no regime de dedicação integral à docência e à pesquisa, e 96,66% eram doutores (apenas 179 não possuíam o título).

Nas universidades federais, o doutorado transforma seu detentor em professor adjunto, penúltimo degrau da carreira. Parcelas significativas do corpo docente encontram dificuldades para conquistá-lo, em especial em instituições (ou *campi*) distantes dos centros hegemônicos. Há “fila

de espera” e prioridades, pois as saídas para a qualificação dos docentes levam em conta as necessidades de serviço, sob a pena de desfalcar por completo o quadro efetivo das IES. Situação semelhante ocorre em dezenas de universidades estaduais e, em alguns casos, a situação é ainda mais grave naquelas criadas há pouco.

Em entrevista à *Pesquisa Fapesp* (n. 143, p. 10-15, janeiro de 2008), Léa Velho declara que os países que integram a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) produzem quase metade das riquezas do mundo, e a maioria daqueles que se tornam doutores vão trabalhar na indústria. “Não se pode obrigar uma empresa a contratar um doutor (...) Faz parte da racionalidade da empresa inovar quando ela percebe que se tornará mais competitiva e ganhará ou manterá uma posição no mercado.” No Brasil, quase como uma norma para a empresa manter-se no mercado, “é mais vantajoso comprar equipamentos ou licenciar tecnologias estrangeiras. Não é por excesso de doutores disponíveis que elas vão passar a contratar.”

As universidades públicas absorvem cada vez menos os doutores: no sistema de educação superior brasileiro há 1,2 milhão (26%) de universitários no setor público e 3,5 milhões (74%) no privado. As universidades privadas não contratam titulados com esse grau, havendo apenas a exigên-

cia legal de “1/3 do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado e doutorado” (LDB, 1996, art. 52, II). Na diversidade dos formatos das IES não ocorre a correlativa absorção desses titulados, pois maior titulação significa maior custo com o docente ou a desvalorização do título. Isso assim se materializa: a) a não correspondência entre o título e o valor da hora-aula docente, já que a instituição pode estipular um plano de cargos e salários em que a titulação não é fator determinante; b) o papel secundário do título na carreira, pois a “utilidade” do professor para a instituição dependerá em

“Parcelas significativas do corpo docente das universidades federais encontram dificuldades para conquistar o doutorado, em especial naquelas distantes dos centros hegemônicos. Há ‘fila de espera’ e prioridades, pois as saídas para qualificação dos docentes levam em conta as necessidades de serviço”

maior grau de seu envolvimento com a tarefa docente (recrutar alunos, produtividade etc.) e com a política universitária local (cargos de chefia, reitorias, comissões etc.), que vai lhe conferir possibilidades de carreira e aumento de salário. Nestes casos a pesquisa deixa de assumir função protagonista, motivação inicial da realização do curso de doutorado.

A institucionalização da pós-graduação correspondeu, durante anos, ao direcionamento de seus titulados a um posto determinado no campo universitário brasileiro — em IES, em agências fomentadoras de pes-

quisa ou em instituições produtoras e reguladoras de políticas públicas para o setor. Com a autonomização do campo universitário e a configuração assumida nos últimos 20 anos, em que o setor privado representa o grosso de sua estrutura e existe uma regulamentação do mercado independente da esfera da formação em nível de pós-graduação, há também o descolamento da titulação da possibilidade de um posto correspondente, pois o jogo passa a ser dominado por outros interesses.

Desta forma, para entender o grande aumento na formação de doutores no país (e o possível excesso), deve-se considerar, sobretudo, que inexistente correlação entre a titulação adquirida e o correspondente posto no mercado de trabalho, pois formação e mercado são esferas sociais autônomas, regu-

ladas de forma distinta e com lógicas de funcionamento próprias. O aumento dos concluintes no ensino médio e o acesso às IES de grandes contingentes de alunos, aliados à implantação gradativa dos acordos de Bolonha, que já começam a ser adaptados ao Brasil, vão elevar o patamar dos atuais 3.000 doutores/ano em humanidades. Não cremos em excesso de doutores; há que se pensar, sim, na distribuição (regional) destes titulados para o fortalecimento das instituições já existentes em todo o território nacional e na elevação da cultura científica no país.

Entre na Internet para conhecer
a edição eletrônica da Revista Adusp.
Este número e todos os anteriores
estão disponíveis na íntegra no site
www.adusp.org.br

Adusp